

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER
Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR
Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Prof. Alberto Martins

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS
Pe. José Benedito de Almeida David

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
Profa. Juleusa Maria Theodoro Turra

Endereço para Correspondência:
Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXVIII - Nº 162 ISSN-0101-4919 JULHO - SETEMBRO 1996

SUMÁRIO

Alguma coisa sobre a Paraíba	195
Odilon Nogueira de Matos	
Uma visão sobre 32	203
Célio Debes	
A "Revista Ilustrada"	209
Duílio Battistoni Filho	
Supostas causas da República	218
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
A cruz a serviço da espada?	221
Rui Ribeiro de Campos	
Alfabetização e poder: perspectiva histórica	225
Geraldina Porto Witter	
A Revolução Pernambucana de 1817	230
Manuel Correia de Andrade	

INTERCÂMBIO
ÓCULUM

Cairu e a Economia política: um compromisso com a riqueza das nações	232
José Flávio Pereira	
Recordações de um mestre	246
Cybelle de Ipanema	
Miridan Britto Falci	
De uma pasta de velhos recortes	
Um idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende	253
Afonso de E. Taunay	
Memória Campineira	
Influência francesa no comércio local	264
José de Castro Mendes	
Textos (sugestões para seminários)	
Carta de um passageiro de monção (Lara e Ordonhes)	267
A região platina (Bougainville)	268
Vultos da historiografia brasileira	
Aroldo de Azevedo	270
Seleta	
O crescimento de São Paulo e seus fatores	276
Aroldo de Azevedo	
Rabiscos de um escrevinhador	
Mulheres viajantes	281
A "arte do Vieira"	283
O barbeiro que não é de Sevilha	284
Um mineiro na "Farroupilha"	286

ALGUMA COISA SOBRE A PARAÍBA

Odilon Nogueira de MATOS

Não foi muito o que aprendi sobre a Paraíba nos meus tempos de menino-de-escola. Todavia, os livros pelos quais me iniciei no conhecimento da história e da geografia do nosso Brasil - os clássicos manuais de Rocha Pombo, para a história, e de Veiga Cabral, para a geografia - ensinaram-me alguma coisa. Assim, fiquei sabendo ser a Paraíba um dos menores Estados de nosso país, com apenas 75.000 quilômetros quadrados, alcançando, nas suas maiores amplitudes, menos de 160 quilômetros de Norte a Sul, e 444 quilômetros de Leste a Oeste; que a Paraíba havia dado, ainda nos meus tempos de menino, um presidente da República, na pessoa de Epitácio Pessoa, jurista ilustre, que havia representado o Brasil na Conferência de Versalhes, após o término da Primeira Guerra Mundial; o governo desse presidente coincidiu com a comemoração do centenário da Independência e para assinalar esta efeméride, realizara-se no Rio de Janeiro uma Exposição Internacional, cujos ecos ressoaram por muitos e muitos anos, diria mesmo até hoje, porque ainda encontramos produtos que trazem, nas embalagens, a honrosa indicação de terem sido premiados “com medalha de ouro na Exposição do Centenário”; era corrente, ainda, que o governo do paraibano ilustre hospedara os reis da Bélgica em sua visita ao Brasil, ao mesmo tempo que iniciara sistemático trabalho de combate à seca no Nordeste; aprendi, ainda, que a Paraíba foi uma das regiões do litoral brasileiro onde mais difícil foi a ocupação portuguesa, devido à aliança dos indígenas da região com navegadores franceses que, a todo instante, vinham às nossas costas à procura do pau brasil e é sabido que os franceses eram bem mais hábeis que os portugueses no trato com os indígenas; daí, as numerosas alianças entre uns e outros que ocorreram em diversos pontos do litoral; mas, afinal, os portugueses e, depois, os espanhóis acabaram dominando os tabajaras e a colonização pôde ser iniciada, com a fundação de Filipéia, nome que lembra que estávamos em pleno domínio espanhol; aprendi, mais, que durante a dominação holandesa foi a Paraíba uma das regiões privilegiadas pelos

batavos; que antes e depois da Independência, a proximidade de Pernambuco vai fazer com que a Paraíba sinta o reflexo e as conseqüências de todos os movimentos que ocorreram no Recife: a guerra dos mascates, a revolução republicana de 1817, a Confederação do Equador, os conflitos de 1831 e, finalmente, a “Praieira”, em meados do século XIX; aprendi, finalmente, que a Paraíba havia sido berço de algumas figuras exponenciais de nosso país, nos mais variados setores; de fato, na Paraíba nasceram, entre outros, André Vidal de Negreiros, um dos heróis da luta contra os holandeses; o botânico e naturalista Manuel de Arruda Câmara, companheiro de José Bonifácio em suas andanças científicas pela Europa e uma das figuras mais proeminentes de seu tempo, não só na cultura, mas na vida pública; Antônio Borges da Fonseca, jornalista intemerato, de grande atuação nos movimentos que abalaram o Nordeste em meados do século passado, sobretudo na “Praieira”; Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, o famoso bispo de Olinda, envolvido na chamada “Questão Religiosa”, que abalou o Segundo Reinado, e cujo nome se tornou símbolo, por muitos anos, da reação católica no Brasil: o Centro de Estudos, que recebeu seu nome, foi um dos instrumentos de que se serviu o Catolicismo para reconquistar seu prestígio após a laicização decretada pela República; o pintor Pedro Américo, tão conhecido pelas telas históricas evocadoras do Grito do Ipiranga, do esartejamento de Tiradentes e da Batalha de Avaí, além de outros quadros alegóricos, como o “Paz e Concórdia”, certamente o maior pintor de história que temos tido; Aristides Lobo, republicano denodado, primeiro ministro da Justiça de novo regime; o já lembrado Epitácio Pessoa; o compositor e também engenheiro Abdon Milanez; o poeta Augusto dos Anjos, cujo único livro de versos, **Eu**, publicado em 1912, deu-lhe projeção nacional, como obra de fina sensibilidade, das mais expressivas de nossa literatura; o naturalista Cândido de Melo Leitão, tão conhecido pelos seus trabalhos de Zoologia e Zoogeografia, e ainda pelas magníficas recensões de viajantes ingleses que andaram pelo Brasil... Limitei-me a citar apenas os paraibanos que alcançaram projeção nacional (certamente com omissões) e a esta lista poderia acrescentar dezenas de outros, de atuação regional, mas que os paraibanos de hoje veneram com toda justiça. E o final da década de '20, já nos meus tempos de ginário, viria revelar mais dois nomes expressivos: João Pessoa, presidente do Estado, e José Américo de Almeida, um dos criadores do romance regional nordestino e também homem público dos maiores revelados pela Revolução de 1930; sua influência literária prolongou-se até época bem recente, continuada pela figura, superior literariamente falando de José Lins do Rego, autor dos admiráveis romances que constituem o chamado “ciclo da cana-de-açúcar”.

Não ia além disto o que aprendi sobre a Paraíba nos meus tempos de menino-de-escola. Porém, no final da década de '20, dois fatos colocaram a Paraíba em evidência no cenário nacional. Primeiro, o fato de seu presidente, João Pessoa, haver sido escolhido como companheiro de Getúlio Vargas, como candidatos de oposição nas eleições presidenciais de 1930, para a sucessão de Washington Luís. A **Aliança Liberal**, formada pelos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e pela pequenina Paraíba, empolgou a juventude de meu tempo, já interessada em temas de política e quase sempre de natureza contestatória, como sempre ocorre com a juventude. O programa da Aliança Liberal consistia num profundo diagnóstico da situação política do país e acenava com proposições verdadeiramente salvacionistas, que não podiam deixar de interessar a quem quisesse melhores dias para o Brasil. São freqüentes, ao longo de nossa história estes movimentos salvacionistas, quase sempre desvirtuados nos seus princípios e no seu roteiro.

João Pessoa e os presidentes Antônio Carlos (de Minas) e Getúlio Vargas (do Rio Grande do Sul) haviam sido os únicos a negarem apoio à indicação feita por Washington Luís do nome de Julio Prestes, então presidente de São Paulo, para a sua sucessão. E João Pessoa o fez da maneira mais lacônica possível, num telegrama contendo apenas uma palavra "Nego". Não houve quem não se empolgasse com a atitude do presidente paraibano. Só não aceitei - como não aceito até hoje - que o "Nego" de João Pessoa houvesse sido inscrito na bandeira da Paraíba. Afinal, tratava-se de algo apenas ocasional, circunstancial, que com o tempo seria superado (como de fato o foi), não se justificando, pois, sua inclusão num símbolo permanente como deve ser a bandeira. Além de tudo, legítimo atentado às regras da heráldica, pois bandeira é símbolo mudo, não comportando legenda de espécie alguma; esta, quando necessária, se põe em escudo, brasão, flâmula ou em qualquer outro lugar, menos em bandeira. Já não bastava o "Ordem e Progresso" perpetrado na bandeira nacional. O curioso é que o ato que criou a bandeira da Paraíba, decreto de 9 de setembro de 1930, não dá a menor explicação do porque do dístico, para que, no futuro, dele se tivesse conhecimento. Diz apenas, em seu artigo terceiro: "Imediatamente abaixo do paralelogramo também em fundo rubro, figurará a palavra Nego, seguida da inscrição **29 de julho de 1929**". Assim, não se abriu chance para que os pósteros pudessem ter conhecimento dessa estapafúrdia medida. Já precisei explicar a muitos paraibanos o que significa o "Nego" de sua bandeira...

O restante da história é conhecido. João Pessoa não chegou a testemunhar a revolução de 1930, pois foi assassinado em 26 de julho daquele

ano, numa confeitaria do Recife, crime perpetrado por motivos pessoais, mas ao qual a oposição emprestou caráter político, explorando-o contra o governo federal constituído. A morte do presidente paraibano causou tremendo impacto em todo o país. Emprestando-se-lhe o caráter de uma exagerada heroicidade. Seu nome foi dado à própria capital do Estado, substituindo o velho nome de “Paraíba”, que desde o século XVII substituiu a Filipéia dos espanhóis. Por outro lado, não houve cidade do país que não desse o nome de João Pessoa a ruas importantes, em alguns casos até (como testemunhei) à principal rua, quase sempre substituindo nomes tradicionais e de profundo significado para a cidade. Nossa Campinas não fugiu à regra. O nome do presidente paraibano, por ato de 2 de dezembro de 1930, foi dado ao tradicional Largo do Pará e João Pessoa chamou-se ele por sete anos, até que a lei de 22 de abril de 1937 restabeleceu a antiga denominação. O nosso foi dos de maior duração, pois, passada a euforia, os nomes depostos foram voltando e o presidente paraibano foi sendo posto de lado. Não sei, fora da Paraíba, quantas cidades do Brasil conservam hoje o seu nome dos clássicos retângulos azuis identificadores dos nomes das vias públicas. Aliás, isto é muito da nossa índole. Não temos o senso da medida. Ou endeusamos ou denegrinos. Ou glorificamos ou aviltamos. Ou louvamos ou rebaixamos. Ou o herói ou o bandido. Ou elevamos junto aos arcanjos ou colocamos nos piores círculos do inferno, onde nem Dante colocaria seus piores inimigos...

Outro fato que projetou a Paraíba no cenário nacional no final da chamada “Primeira República” foi a “Revolta de Princesa”. Trata-se de uma pequena cidade do interior paraibano (hoje denominada Princesa Isabel) e que apresentou, na época, uma das mais exacerbadas manifestações de mandonismo local, das muitas e muitas que assinalam a história social e política de nosso país, e que ultimamente vem sendo acuradamente estudadas por sociólogos e historiadores. O “Movimento de Princesa”, iniciado em fevereiro de 1930, e que originariamente não deveria ser mais do que um rompimento político partidário entre o Coronel José Pereira e o Presidente João Pessoa, veio a constituir-se num confronto armado entre os comandados de José Pereira e as forças da polícia estadual. Explorou-se o assunto em prejuízo do governo estabelecido, pois dizia-se que José Pereira contava com o apoio do próprio Presidente da República, pois ambos tinham um adversário comum, no caso João Pessoa, que liderava no Nordeste a oposição ao Catete. O Coronel José Pereira, em 9 de junho de 1930, proclamou a independência do município de Princesa: “Fica decretada e proclamada provisoriamente a independência do município de Princesa, deixando o mesmo de fazer parte do Estado da Paraíba...” E adiante: “Passa o município de Princesa a constituir com os limites atuais, um território livre, que terá a denominação

de Território de Princesa... subordinado politicamente aos poderes públicos federais". O "provisório" do Coronel durou realmente muito pouco, pois a morte de João Pessoa, dois meses depois, botou "água na fervura" nas preocupações rebeldes e emancipacionistas do famoso caudilho sertanejo. Mas, o movimento de Princesa esteve na ordem do dia e entusiasmou a muita gente. Talvez não o conflito em si, mas a resistência de José Pereira, à frente de sua cidade, a repetir a imagem de uma "Troia" sertaneja, como Nina Rodrigues dizia de Palmares. Ocorria, contudo, que nenhum de nós, alcançava o verdadeiro sentido do episódio. Quando, naqueles meus quatorze anos, poderia imaginar que, quase cinqüenta anos mais tarde, eu viria a prefaciá-lo o mais importante livro já escrito sobre a Revolta de Princesa, o da historiadora paraibana Inês Caminha Lopes Rodrigues, publicado pelo governo paraibano em 1978. O prefácio que então escrevi, a convite da autora, procura reavaliar o curioso episódio de 1930.

Vinte e dois anos após os fatos de que até agora cuidei, foi que tive oportunidade de conhecer a Paraíba. Enseguiu-me isto a participação num congresso de geógrafos em julho de 1952. Iniciados os trabalhos em Campina Grande, foram encerrados em João Pessoa, para onde se transferiram os participantes nos últimos dias do congresso. Preferi um trajeto diferente. Aproveitando convite que nos fora dirigido para visitar obras de açudagem nas regiões de Curema e São Gonçalo, tomei a direção oposta, penetrando fundo no sertão paraibano até a divisa com o Ceará. Comigo, dois excelentes amigos e companheiros: Fernando Marques de Almeida, um dos nossos maiores geógrafos, professor da Escola Politécnica de São Paulo, e o saudoso João Dias da Silveira, meu colega do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Isto nos proporcionou interessantíssima oportunidade de conhecer o sertão. Com um pernoite em Patos, aí deparamos com algo curioso. A pequena cidade do sertão paraibano tornara-se centro de verdadeira "romaria" científica, pois, duas ou três semanas antes ocorrera um eclipse solar, cuja faixa de totalidade passava justamente pela cidade de Patos. Significava isto que Patos, ao que se dizia, era a cidade de mundo onde o fenômeno poderia ser melhor observado. Astrônomos europeus e norte-americanos tomaram conta da cidade, armando barracas improvisadas para guardar os preciosos e precisos aparelhos necessários à observação do fenômeno. Quando por lá passamos, não havia mais ninguém das missões científicas, mas ainda se viam alguns aparelhos aguardando pessoas que viriam buscá-los. Patos tornara-se, como disse alguém, a capital astronômica do mundo... Infelizmente, nada disso teve qualquer resultado, simplesmente porque no dia do eclipse choveu a cântaros...e ninguém pôde ver nada. Frustrados, não tiveram os cientistas senão que recolher toda a sua parafernália.

Dizia-se por lá que o verdadeiro fenômeno não foi o eclipse, mas sim a chuva que caiu naquela época do ano.

Visitadas as obras de açudagem, dois dias depois regressamos a João Pessoa a fim de nos reunirmos aos demais companheiros. Isto nos propiciou a oportunidade de percorrer todo o Estado da Paraíba no sentido Oeste/Leste, ou seja da divisa com o Ceará até o litoral atlântico, numa extensão de 444 quilômetros. Na ocasião, não havia ainda estradas asfaltadas na Paraíba a não ser nas imediações da capital, o que significa que foram mais de 400 quilômetros de poeira, num velho "jeep" posto à nossa disposição, tão desengonçado que parecia sobrevivente dos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial.

Esta excursão valeu por um corte na geomorfologia paraibana. À moda de uma espinha dorsal, a estrada percorrida seguia pelo centro do Estado, numa vertiginosa sucessão de paisagens nas três superfícies bem distintas que, como faixas paralelas, constituem o planalto do alto Piranhas, o planalto da Borborema e a baixada litorânea. O primeiro, com altitudes sensivelmente reduzidas, oscilando de 150 a 300 metros, cede lugar, pouco depois, à mais interessante das regiões que é o Planalto da Borborema, a mais elevada das unidades morfológicas da Paraíba, vasta peneplanície cristalina com cerca de 120 kms de largura e uma altitude de 500 a 600 metros. Sobre essa superfície ligeiramente ondulada, erguem-se morros isolados, desses que os geólogos chamam de "monadnocks", ou seja testemunhos de relevos antigos. A menos de 100 kms do litoral, quando os rios já se tornam mais regulares, a baixada litorânea estende-se ao longo de toda a costa, num declive de 150 metros de altitude até cair para o nível do mar. Constituem-na terrenos cristalinos ondulados, recobertos em grande parte por sedimentos terciários, nos quais os rios abriram amplos vales, especialmente o Paraíba do Norte e o Mamanguape, que formam extensas superfícies de várzeas. Na orla litorânea, os característicos manguezais, restingas e praias arenosas, estas em grande quantidade em quase todo o litoral, o qual, por retilíneo e regular, sem acidentes de monta, facilitaram o povoamento desde os primeiros tempos.

Esta diversificação geomorfológica, sensível na viagem que realizamos, explica as diferenças de clima e de vegetação, permitindo distinguir-se, na Paraíba, como em Pernambuco, quatro unidades naturais que exerceram, na ocupação humana e na vida econômica do Estado influências muito sensíveis: a Mata, o Agreste, o Brejo e o Sertão. A primeira corresponde à baixada litorânea úmida; a segunda, à borda da Borborema; a terceira, aos trechos mais úmidos do Agreste; e a última, às áreas mais secas

do interior. Esta, o **Sertão**, engloba toda o território a oeste de Campina Grande, todo recoberto pela caatinga. O Agreste e o Brejo são as principais áreas agrícolas.

Mais de um quarto de século fiquei sem retornar à Paraíba. Eis senão quando, em 1978, um honroso convite do governo estadual para participar do Terceiro Seminário "Tempo e Cultura", propiciou-me nova oportunidade de rever a terra paraibana. Reuniu o Seminário expressivas figuras da cultura brasileira: o historiador José Honório Rodrigues (do Rio de Janeiro), os cientistas sociais Wamireh Chacon e Otaciano Nogueira (de Brasília), os cientistas políticos Helio Jaguaribe (do Rio de Janeiro) e Paulo Bonavides (do Ceará), brilhante equipe desmerecida apenas pela presença deste modesto professor de Campinas. O que foi o "Seminário" pode ser constatado no belo volume publicado pouco depois, preparado e coordenado pelo Professor José Otávio. "Fontes para a história econômica do Brasil", foi o trabalho que tive oportunidade de apresentar.

Esta nova vista à Paraíba propiciou-me oportunidade de conhecer praticamente outro Estado, tantas e tais as transformações porque passou em um quarto de século. Desta vez, estive apenas na Capital e em Campina Grande, onde também proferi conferência sobre o interesse da história regional. Mas, por mais que mudassem as cidades não perderam elas o encanto que senti um quarto de século antes.

Uma palavra final. Quando, há alguns anos, comecei a pesquisar sobre a literatura dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, encontrei referências a uma descrição da Paraíba, deixada por Elias Herckmans, no século XVII. Ora, este Elias Herckmans foi nada menos que um dos governadores da Paraíba na época da dominação holandesa. Seu relato foi publicado na Holanda em 1639, mas levou mais de trezentos anos para ser traduzido para a nossa língua. A tradução, feita por José Higino, conhecido historiador pernambucano, fora publicada na Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano em 1887, portanto há mais de cem anos. Como nenhuma biblioteca de São Paulo possuísse esse número da revista pernambucana, fiquei à espera de uma oportunidade para ir ao Rio de Janeiro pesquisar em bibliotecas mais ricas que as nossas: a Nacional e a do Instituto Histórico Brasileiro. Enquanto isto, procurei obter cópia xerográfica no próprio Instituto Pernambucano, do qual tenho a honra de ser sócio correspondente; mas, pela antiguidade do texto, não foi permitida cópia em "xerox". Estava já desanimado, pois não surgia a oportunidade de ir ao Rio de Janeiro, quando, inesperadamente, recebi no prezado amigo historiador José Octavio, da Paraíba, duas edições, ambas de 1982, do procurado relato

de Herckmans, as duas muito bem cuidadas, com notas e comentários. O curioso é que José Octavio sequer suspeitava que eu andava interessado no texto de Herckmans. Foi simples e oportuna coincidência. Pois bem, pouco tempo depois recebo uma terceira edição, desta vez feita no Recife, do texto holandês. Julguei significativo e ao mesmo tempo fato inusitado, promover-se três edições, quase no mesmo ano, de um texto holandês do século XVII, quando se demorou trezentos anos para que se publicasse a primeira em nossa língua. Verifiquei que não foi sem-razão. Herckmans, na sua singeleza, oferece um dos melhores relatos de estrangeiros sobre o Brasil, ou melhor, sobre uma porção do Brasil, no caso a Paraíba. Entendi, pois, o interesse dos atuais historiadores do nordeste brasileiro.

Um pequeno tópico de Herckmans para encerrar esta palestra:

“Tenho bem observado essas coisas na província da Paraíba, achamos um ar sutil, e, segundo a natureza daquele clima, de todo temperado e saudável; o calor não é excessivo, mostrando a experiência que, por causa desse temperamento, esta zona mal se pode denominar tórrida. Assim a terra ali não é tão abrasada quanto as de África, sob o mesmo clima. Pelo contrário, por toda a parte verdeja e se cobre de folhagens, como sucede na Europa; nos lugares mais secos encontram-se gramíneas e moitas, além de que a terra tem por toda a parte muitas matas e se cobre de toda sorte de caniços, ervas e árvores, formando uma espessura tal que impede a passagem, tem excelentes águas, e particularmente claras fontes de água doce e potável, além dos seus rios belos, grandes e piscosos, os quais não somente fornecem água boa para se beber, senão também peixes, ostras e outros mantimentos, bem como são próprios para e subir ou descer por eles em pequenas embarcações, e assim com pouco trabalho tirar-se de uns e levar-se a outros o que se necessita para a vida e o que se considera útil e proveitoso para a construção urbana.

A Capitania da Paraíba tem ao longo dos seus rios dezenove engenhos, com muito formosos canaviais, tão belos certamente quanto os que se vêem em algumas outras regiões do Brasil. As madeiras, que são um dos materiais mais necessários para os engenhos, os habitantes as têm quase todas tão próximas e situadas ao alcance da mão, quanto quaisquer outros engenhos em todo o Brasil. Em razão da abundância e fertilidade dos bosques desta Capitania, moram nela muitos roceiros e produtores de farinha e cultores de arroz, milho e outros frutos da terra, pois aí se diz, como um ditado, que onde a madeira e o bosque crescem bem, igualmente vingará bem a mandioca, isto é, a raiz de que se faz farinha. Essa farinha é o pão do Brasil.

UMA VISÃO SOBRE 32

Célio DEBES

Para que melhor se possam entender as razões que motivaram a Revolução de 32, é proveitoso que se faça um retrospecto histórico.

A partir de meados do século passado, inicia-se uma profunda alteração no eixo econômico do Império. Batida pela concorrência internacional, entra em declínio a agro-indústria açucareira do Nordeste. Na mesma época, se desenvolve na região Sudeste, com predominância em São Paulo, a cafeicultura. Dessa forma, o açúcar deixa de ser o produto predominante nas exportações brasileiras, cedendo passo ao café.

Conscientes da transformação que se processava, os fazendeiros paulistas vão, paulatinamente, substituindo a mão de obra escrava pela livre e assalariada, incentivando a imigração européia. Ao mesmo tempo, procuram melhorar os meios e as vias de transportes, de modo a facilitar e baratear o escoamento de sua produção, do que resulta a construção de estradas de ferro, mediante o levantamento de capitais nacionais e privados. Isto, ainda sob o Império. Na República, com a disseminação do uso do automóvel e do caminhão, é implantado o pioneiro plano rodoviário estadual - concebido como auxiliar das ferrovias, num sistema integrado de transportes. Tendo a Capital por vértice, cinco estradas a ligavam ao porto de Santos e às divisas de cada qual dos quatro Estados limítrofes.

Consolidada a situação econômica, já no novo regime, os paulistas partem para o aperfeiçoamento da administração e das instituições públicas. A Justiça passa a ser provida por magistrados selecionados através de concurso público; a Polícia de carreira é implantada, reservando-se a bacharéis em Direito, o exercício dos cargos respectivos, eliminando-se os inconvenientes de seu provimento por leigos, tão ao gosto do "coronelato" político. A Força Pública, até aos primeiros anos do século, despida de caráter profissional, ganha instrução militar rígida, ministrada por missão estrangeira.

Tal iniciativa não só protegia os interesses da oligarquia, como garantia, com mais eficiência, a segurança pública.

A Capital e várias cidades se modernizam. As comodidades do progresso, levam à adoção de medidas higiênicas, com a canalização e o tratamento da água potável, bem como com a instalação de redes de esgoto. Do mesmo modo, cuidou-se da saúde pública. A eletricidade vai ganhando espaço, substituindo o gás, na iluminação pública e particular. O transporte público, através do bonde, posterga a tração animal em favor da elétrica. O telefone se expande, surgindo, inclusive, as ligações interurbanas.

A indústria se implanta, tímida e precariamente, até que, com a deflagração da primeira grande guerra (1914-1918), e a conseqüente suspensão das importações, se vai firmando, e, mesmo, várias fábricas logram consolidar-se.

A educação não é descuidada. Criam-se Escolas Normais, pelo interior, nos moldes das duas existentes na Capital - a Caetano de Campos e a do Brás - seguidas da instalação de grupos escolares e de ginásios. Implantou-se, ainda que sem a continuidade desejada, o ensino primário, público, obrigatório e gratuito.

Eram marcas, evidentes, de progresso civilizador!

Sendo o café a base maior do comércio exterior brasileiro, sua defesa se transforma na grande preocupação nacional. Era dele, em essência, que dependia a balança comercial do país, importador da quase totalidade dos manufaturados que consumia. A medida, porém, como é óbvio, favorecia São Paulo, assim como aos demais Estados cafeeiros, despertando, contra o primeiro a prevenção dos não produtores...

Tornava-se notório que São Paulo se destacava, na Federação. As administrações do Estado, a despeito das diferenças de mentalidade entre seus dirigentes, mantinham uma linha coerente de crescimento, sob a tutela do Partido Republicano Paulista, que exercia um como que poder moderador, inobstante os desencontros entre seus mentores. A discricção dos próceres do P.R.P., que, no geral, abafavam as rusgas geradas em seu seio, dava à agremiação a aparência de bloco monolítico. Com isto, São Paulo, graças a seu peso econômico, ganhou projeção invejável, no seio da União. O prestígio político do Partido, porém, datava dos tempos da monarquia. Tratava-se da única facção desse credo que, antes da queda do Império, tivera existência profícua. Além de manter, desde sua fundação (1872), em quase todas as legislaturas, deputados provinciais, só ela logrou eleger representantes ao Parlamento Imperial! Ademais disso, haviam saído de São Paulo os três

primeiros Presidentes civis da República. Dois deles, com militância efetiva, na pregação dos ideais republicanos, e, exatamente por esta razão, capacitados, doutrinariamente, a implantar o novo regime. A um deles tocara, em grande parte, a estruturação jurídica da República nascente e, ao outro, a direção da Constituinte de 91!

Havia, notoriamente, diferença entre São Paulo e a maioria das demais unidades da Federação, e, mesmo, no tocante à esfera federal. E, esta realidade, atraía-lhe a antipatia dos demais...

A convergência de interesses, levou São Paulo a selar aliança com Minas, gerando a chamada **política café com leite**, em que paulistas faziam predominar os aspectos econômico-financeiros, enquanto os mineiros buscavam os cargos públicos - na interpretação de historiador das Alterosas*. Esse pacto acarretou aos primeiros, porém, um afastamento da Presidência da República por contados quatro lustros seguidos (1906-1926).

A conquista da chefia do Governo, após a turbulência decorrente da I Guerra Mundial, se operou quando a economia nacional, como, de resto, a da totalidade, praticamente, dos países, estava abalada. A flutuação do câmbio, com oscilações repentinas, para baixo ou para cima, acarretava prejuízos quer no plano interno, quer no externo, gerando a instabilidade monetária, que arruinava, tanto a fortuna particular, quanto as finanças públicas. Ainda que o mal fosse endêmico, afligindo a Nação desde a Independência, cumpria pôr-lhe paradeiro. Neste sentido, pois, é que se arquiteta o plano da Administração empossada em 1926.

Toda a política de regeneração financeira, divide a sociedade. Um dos primeiros a se colocar contra o programa do Governo Federal foi o, então, Presidente do Estado de Minas Gerais, ainda que não o fizesse ostensivamente.

Atormentavam o país, paralelamente, insurreições armadas, uma das quais, que se iniciara em 1924, convertendo-se no que se convencionou denominar Coluna Prestes, chegara, por esta altura, a seu término, com os rebeldes se internando em países limítrofes. Este epílogo, propiciou a extinção da sucessiva e longa imposição do estado de sítio, vigorante desde as duas últimas presidências da República. Cessada a campanha militar, surge outra, a da anistia aos insurretos. Diante deste movimento, faz-se tábula rasa da iniciativa oficial, visando ao restabelecimento da normalidade

(*) Anibal Viana Martins Filho, **A Economia Política do Café com Leite (1900-1930)**, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.

da situação interna, libertando os civis e militares que, em razão do regime de exceção, se achavam encarcerados abusivamente.

Engrossando o movimento pró anistia, alinhava-se a corrente libertadora do Rio Grande do Sul, cujo chefe voltara do exílio e se elegera deputado federal. Tratava-se de ferrenho adversário do Partido Republicano Riograndense, há longos anos detentor do poder no Estado, e, declaradamente, o líder civil da insurreição!

Por essa altura, em São Paulo, se funda o Partido Democrático, formado, em grande parte, por egressos do P.R.P., com o propósito de combater a situação dominante. Não tardou que se aproximasse dos opositoristas gaúchos.

Este era o cenário, quando, em meados de 1929, desencadeia-se o processo sucessório, tendo por alvo a Presidência da República.

Candidato manifesto ao cargo, era o Presidente do Estado de Minas. Sendo a reforma financeira o alvo principal a ser atingido, cuja consecução exigia continuidade administrativa, evidentemente, não era o seu o nome indicado para a sucessão, dada sua posição hostil a ele. A debacle da Bolsa de Nova York, ocorrida no mesmo ano, abalou o programa em curso. Mais do que antes, para ampara-lo e dar-lhe seqüência, impunha-se que a chefia da Nação coubesse a alguém com ele afinado. No quadro político de então, tudo apontava para o Presidente do Estado de São Paulo.

Frustrado em suas pretensões, o Presidente de Minas alia-se ao do Rio Grande do Sul, ex-integrante do Ministério do Governo a ser sucedido, fazendo dele candidato da oposição, num jogo de dissimulação e de enganadores protestos de lealdade ao chefe da Nação.

Assim, a disputa se fere entre dois dirigentes estaduais, com a vitória do paulista. O inconformismo com o resultado das eleições, leva os derrotados a urdirem a revolução, que encontra pretexto, para seu desencadeamento, no assassinato do candidato à Vice-Presidência da chapa vencida. Questão de honra, motivara o homicídio. Nada tinha a ver com o pleito. Surgira, porém, o martir e a agitação ganha corpo no seio da massa. A carestia, decorrente das dificuldades econômicas, atribuídas ao plano financeiro, desempenhou papel significativo na formação da opinião pública.

Eclode a revolução, no quarto trimestre de 30. Da mesma forma como agira durante a disputa eleitoral, o grupo paulista de oposição empresta seu apoio ao movimento bélico. Vencida a investida militar, tinha ele por seguro caberem-lhe as rédeas da administração estadual.

Ledo engano. Ao invés de assumir o governo do Estado, em sua plenitude, organiza um secretariado, deixando em aberto sua chefia. Com o futuro ditador, vinham do sul dois militares, de destaque, disputando o cargo. E, a um deles, coube a interventoria em São Paulo... Com o correr do tempo, os democráticos são alijados e passam, mesmo, a ser perseguidos.

São Paulo tornara-se presa de guerra... O opróbrio feria os sentimentos altivos do povo, da população. Sim, a sensibilidade e os brios dos Paulistas, naqueles idos, guiados por sentimento cívico, que o tempo fez esmaecer, deixando, apenas tênues resquícios, estava vivo e atuante. Em todas as camadas sociais, a indignação com os vexames, que lhes feriam os sentimentos mais caros, deixava suas marcas, causadas pelos desmandos da ditadura que se implantara.

Assim, quando em 9 de julho, é desencadeada a Revolução Constitucionalista, com a união de perrepostas e democráticos, formando uma **frente única**, o brado de insubmissão se propaga, como a manifestação da esperança geral, no restabelecimento da dignidade e do antigo prestígio de São Paulo, avassalando a sociedade paulista como um todo.

No combate ao movimento, o engodo é a arma preferida dos adeptos da ditadura, no intuito de arregimentar forças contra São Paulo. Os *objetivos dos insurgentes eram, na versão ditatorial, o separatismo, e, seus mentores, estrangeiros radicados no Estado!*...

A luta pela Constituição é sufocada, após cerca de três meses de empenho. De todo esse esforço, três aspectos se destacam.

Os objetivos políticos, sob a legenda da reconstitucionalização do Brasil, inflamando multidões, lograram êxito, ainda que efêmero, pois, em 34, a Constituinte e sua obra abriram o caminho para o golfe de 37.

Pelas armas, a derrota mostrou a fragilidade da orientação militar, inobstante a grande capacidade de mobilização bélica, com a fabricação de armas, a blindagem dos trens, a produção dos capacetes de aço - símbolos da luta **pola lei e pola grei** - e dos simuladores de tiros, diante da angustia de munição, já que o bloqueio a São Paulo impedia a realimentação dos paíóis.

De todos os aspectos em que se desdobra a epopéia de 32, o mais eloqüente, o que mais impressiona o observador isento, é a arregimentação cívica, é o civismo demonstrado pela gente Paulista. Manifestação uníssona e unânime, de uma coletividade cônica do valor e do sentimento grandiosos de suas tradições, consciência esta que se vai esvaindo, por obra das agruras porque tem passado a Nação, principalmente no plano educacional.

Sintetizando.

Em 30, o que se objetivou, e a ingenuidade de alguns não alcançou, foi a quebra do prestígio de São Paulo. Foi seu aniquilamento político, já que o econômico fugia à capacidade de seus inimigos. E se conseguiu.

Em 32, o que se buscou, sem êxito, foi dar perenidade àquele valor e àquela dignidade altaneira e legítima de um Estado que, sempre, tem sido o sustentáculo da Nação. Em vão, porém, os Paulistas deram, então, lições de heroísmo e de despreendimento...

O golpe sofrido foi profundo, as perdas humanas e materiais de vulto. Deste sacrifício, restou uma lição. A de que São Paulo tem um passado recente digno, honroso, que não pode ser esquecido e, muito menos, ignorado. 9 de Julho redivivo, ano a ano, é o toque à consciência dos Paulistas, para esta realidade.

A propósito, é oportuno lembrar as ponderações de um pensador contemporâneo, ao analisar a conturbada situação do País, diante dos embates internacionais em que se acha envolvido.

“Como construir um projeto de Nação, quando a nação não tem consciência de tal, porque desconhece o seu passado? (...) Como construir um projeto de Nação, quando ninguém tem pioneiros a lembrar, quando os poetas não os cantam e os intelectuais preferem ver nos governantes passados, apenas os defeitos humanos, desprezando suas qualidades de estadistas com visão de destino”**.

A Nação, na realidade, como é sabido, é a soma dos sentimentos e dos ideais de seus filhos, dispersos pelas múltiplas parcelas que integram seu território. Para que o Brasil se torne uma Nação, na exata acepção do termo, é imperioso que em cada canto de seu solo, o indivíduo nele nascido sinta orgulho de seu torrão e do passado nele vivido.

E, para que São Paulo se integre, conscientemente, nesta empreitada, o que cumpre levar a efeito é a restauração do sentimento cívico Paulista, não o malevolamente alardeado bairrismo, antipático e retrogrado, mas, o vigoroso apego à terra, às suas tradições e a seus valores, que, em última análise são o substrato da cidadania.

(**) Oliveiros S. Ferreira, "O projeto nacional", **O Estado de S. Paulo**, 19 de junho de 1995, p. 4.

A "REVISTA ILUSTRADA"

Duílio BATTISTONI FILHO

O século XIX costuma ser encarado, ainda hoje, por alguns historiadores e artistas, como um período da cultura brasileira que produziu apenas um determinado tipo de arte - o academismo - o qual se manteve rígido, até que, no século XX, novas propostas artísticas promoveram uma ruptura de ordem estrutural nos padrões artísticos de então, condenando-os ao desaparecimento. A denominação de um período tão extenso e fecundo por um só rótulo faz supor o caráter monolítico e invariável da arte brasileira desta época, o que não ocorreu.

Estudos recentes vêm procurando revalorizar a arte desse período desvendando as diversas formas através das quais ela se manifestou. O século XIX é uma fase importante da História da Arte brasileira e não deve ficar restrito apenas às dimensões de uma qualificação simplista.

A pesquisa sobre a **Revista Ilustrada** pretende, assim, integrar-se, como forma de contribuição, ao conjunto de trabalhos que tem procurado promover uma reavaliação da importância deste momento artístico em nossa formação cultural. Particularmente para o caso da arte na imprensa, procuramos subsídios para o enriquecimento dos estudos das formas alternativas de arte, no período histórico em que a presença da Academia Imperial de Belas Artes era por demais influente ao ditar normas em seu meio artístico.

A importância que a historiografia artística tem dedicado a este período é ainda relativa. Quando se fala na **Revista Ilustrada** ou em outra folha congênere, pensa-se, de imediato, na caricatura, sendo esta considerada, não raro como um gênero de arte menor. Entretanto, numa época em que faltavam as técnicas modernas de reprodução de imagens nos jornais, como o clichê fotográfico e a ilustração - a caricatura - constituía um importante meio de comunicação e expressão artística.

A propósito, ressalte-se que o primeiro caricaturista brasileiro não foi nenhum dos nossos fazedores de bonecos, muitas vezes mais vivos do que seus irmãos de carne e osso. Foi um homem, não do lápis, mas da pena, o insuspeito frei Vicente do Salvador, prosador dos melhores do passado e autor de uma monumental **História do Brasil**. Da caricatura brasileira, pode-se, portanto, dizer, como da criação do mundo segundo a Bíblia, quando o espírito de Deus pairava sobre as águas: no princípio era o Verbo. Foi, pois, a palavra o primeiro instrumento de que se serviu o nosso primeiro caricaturista, um baiano corajoso em apontar as mazelas do governo português. A caricatura de frei Vicente não visa apenas, individualmente alguns dos reinóis imperantes na colônia, mas a todos os que desde os princípios da nação brasileira teimam em travar a máquina administrativa do país.

Antes da chegada da família real ao Brasil não se permitia a publicação da caricatura, que somente aparecerá quando da decretação da Imprensa Régia, em 1808, pelo príncipe-regente D. João. Com o desembarque da comitiva real portuguesa vamos assistir a um desfile de tipos bizarros, estranhos para a população, burlescos, alvos de chacota como: fidalgos orgulhosos de sua ascendência, nobres matronas, almotacés, estribeiros-mores e damas fidalgas a serviço das senhoras da família real. No dizer de Monteiro Lobato “vem muito abatida a real majestade, a suar grosso, com as mãos gorduchas procurando endireitar as amolgaduras da coroa; na testa traz o vinco azedo das más digestões, não consegue digerir o general Junot”.

Francisco Marques dos Santos no seu trabalho *As Belas Artes na Regência* afirma que a primeira caricatura brasileira foi publicada pela Oficina Litográfica de Victor Larée, do Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1837, conforme se lê no *Jornal do Comércio*, no seu número 277. Consistia em uma prancha solta, para venda avulsa, mostrando o jornalista Justiniano José da Rocha servilmente de joelhos no meio da rua, para receber das mãos de um fidalgo da Corte um saco de dinheiro marcado com o salário do diretor do Correio Oficial; vê-se ainda, ao fundo da cena, um grupo de jornalistas, fugindo com repulsa à oferta palaciana. O caricaturista estigmatizava assim o procedimento de Justiniano, deixando um jornal independente, para dirigir o órgão do governo. É preciso destacar que com o surgimento das caricaturas avulsas terminadas em 1840, Frederico Briggs as reúne em um álbum com o título de “Costumes Brasileiros”.

A historiografia, contudo, não tem atribuído o valor devido à ilustração na imprensa, levando-se em conta a importância deste gênero artístico como uma técnica de gravura, principalmente a litografia. A obra mais importante sobre caricatura, de autoria de Herman Lima, intitula-se

“História da Caricatura no Brasil” e representa um estudo profundo desta representação burlesca entre nós, desde o início do século XIX à década de 60 do atual, apesar da superficialidade em que é tratada a **Revista Ilustrada**, em especial de Angelo Agostini, seu criador. Nos demais trabalhos que destinam a este período algum espaço, nota-se, com muita frequência, a ausência de um modelo teórico que sirva de lastro histórico, não apenas do periódico em questão, mas da imprensa ilustrada, que se apresenta como contexto ou pano de fundo do objeto de averiguação do pesquisador. Resulta daí a execução de trabalhos, sem dúvida importantes, mas que apenas fornecem um conjunto de referências documentais, dentro de um discurso laudatório, e que ressentem, entretanto, de uma visão crítica por parte do observador.

Tendo em vista as justificativas acima arroladas faremos uma análise histórica da **Revista Ilustrada**, com ênfase para seu discurso artístico, tanto em seus aspectos formais como de conteúdo, situando-a em seu contexto histórico e destacando as relações mantidas com a sociedade de então. Pretende-se averiguar a importância de sua presença no meio artístico, como expressão de um tipo de arte não alinhada à Academia Imperial de Belas Artes. Dentro do conjunto de metas estabelecidas a priori para o desenvolvimento desta palestra, pretendemos, ainda, desvendar a importância de outros periódicos ilustrados na imprensa brasileira. Nossa proposta é a de estudar a arte deste período partindo da sociedade, enquanto referencial que reflita e represente parâmetros comuns aos diversos instrumentos culturais daquele momento histórico. Este ponto de vista é importante para se situar, comparativamente, a **Revista Ilustrada** entre outros periódicos circulantes na Corte, no momento em que se estuda o tipo de discurso político e para que público leitor era destinada sua publicação. Na verdade, não se trata apenas de buscar desvendar sua filiação sociológica, mas de, fundamentalmente, procurar pensar a **Revista Ilustrada** historicamente. As hipóteses que se firmam inicialmente para o desenvolvimento da tese num sentido objetivo são aqueles resultantes da reflexão em torno da ação deste hebdomadário e que não foram ainda inteiramente respondidas pela historiografia artística. O primeiro tópico que se tem a destacar é o de que a **Revista Ilustrada**, apesar de ter ficado conhecida como um jornal de caricaturas, não se firmou perante o público leitor apenas através deste gênero de arte, mas, sobretudo, pela arte da ilustração utilizada tanto como um veículo de notícias quanto de crítica. Estas ilustrações, em muitas vezes, demonstram um apuro de execução que denota a influência de nomes de relevo das academias européias. Por este motivo, pretende-se também avaliar a importância da **Revista Ilustrada** como veículo de vulgarização da arte dentro de nossa sociedade. Também representa

um exemplo típico da imprensa do Brasil oitocentista onde o trabalho de seu redator-chefe configura a feição editorial do jornal, numa linha sempre personalista. Desta maneira, estudar este periódico significa também avaliar o trabalho e a posição de Angelo Agostini, principalmente em sua contemporaneidade artística, tendo-o como condutor das influências exercidas por outros jornais artísticos e políticos europeus e, em corolário, por seus ilustradores.

Um outro aspecto importante a ser mencionado é que a **Revista Ilustrada** representou um papel, na comunidade artística de então, de arte alternativa, exercendo, inclusive, uma função crítica em relação ao ensino oficial da Academia Imperial de Belas Artes, denunciando, por vezes, seu conservadorismo.

Sob o ponto de vista político, a revista alinha-se à ideologia do liberalismo que permeava o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, contribuindo, como veículo de propaganda, para as transformações importantes que se verificam no panorama social brasileiro - em resumo, a transição do modo de produção escravista para o capitalista - e político - com adoção da República.

O sucesso que a revista alcançou durante os seus mais de vinte anos de existência, deve-se ao fato de ter conseguido atingir um público que rapidamente crescia com o surto urbanístico verificado no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século passado e que configurava o surgimento de uma classe média com as características típicas de pequena burguesia. É no palco urbano que irão se desenvolver as principais atividades da esfera cultural e política, que refletiam a introdução de novas propostas sociais. A imprensa será o condutor deste debate que põe em evidência, principalmente, a questão do escravismo.

As artes visuais, desde a chegada da Missão Artística Francesa, no século XIX, apresentaram um desenvolvimento importante no sentido da criação de uma academia e a conseqüente institucionalização do ensino artístico no Brasil. A vinda dos professores franceses ocorreu no momento em que as artes plásticas estavam ainda dependentes das encomendas das ordens religiosas e de elementos ligados ao aparelho de Estado. Em sua época, o neoclassicismo apresentou um caráter modernizante, na medida em que introduzia no Brasil, em oposição ao Barroco e ao Rococó, uma temática laica, principalmente através da pintura e da escultura, e ainda refletia os ideais progressistas da burguesia européia, onde atuou como porta-voz dos movimentos revolucionários. O conservadorismo da sociedade brasileira, resistente às mudanças mais profundas, também se manifestou nas artes

plásticas no decurso do século XIX, sobretudo pela forma rígida com que a Academia Imperial de Belas Artes procurava normatizar os cânones artísticos, cerceando a iniciativa de renovação que emergisse da comunidade artística. Esta fase foi mais evidente durante a primeira metade desse século, época em que a arte dependia da tutela do Estado.

Entretanto, deve-se fazer referências às modificações importantes ocorridas já nas paletas de alguns artistas que absorveram a influência do romantismo, como foi o caso dos pintores Manuel de Araújo Porto Alegre e Felix Emilio Taunay.

No transcorrer da segunda metade do século passado, contudo, novos componentes surgirão e exercerão sobre a arte uma influência decisiva. Se, nos primeiros anos de funcionamento da Academia, os artistas mantinham uma relação de dependência com o Estado, que lhes garantia a sobrevivência através das encomendas que lhes fazia, é importante ressaltar que o surto urbanístico no século XIX trouxe consigo um novo público - típico da classe média urbana, pequenos industriais, comerciantes e profissionais liberais - o qual começará a participar de forma mais ativa no campo da arte, exercendo, o que era fundamental, o papel de comprador de objetos artísticos, criando, assim, embora incipiente, um mercado de arte. A questão referente ao surgimento de novas propostas artísticas em que o grupo Grimm pode ser apontado como um expressivo exemplo, tem sido encarada pela historiografia como um assunto estritamente circunscrito à esfera do ensino da Academia, mas não tem sido considerada a presença deste fator social para a compreensão do desenvolvimento artístico daqueles anos. Será principalmente a este público que a **Revista Ilustrada**, bem como os outros periódicos de sua época, procurarão atingir com os seus trabalhos.

Na ocasião, vários jornais artísticos surgiram no Rio de Janeiro. Muitos deles eram destinados à crítica política e possuíam uma linguagem, por vezes, vigorosa. A irreverência que estes jornais apresentam ao público não era, contudo, novidade na imprensa de então, devendo ser registrado que a imprensa de combate já se afirmara nas páginas dos pasquins no transcorrer da fase regencial, muito fértil no tocante às inquietações políticas. Os jornais tão somente dedicados à caricatura tiveram, em geral, vida efêmera e cedo incorporaram a ilustração como um gênero artístico que lhes permitia abranger um público maior.

Manuel de Araújo Porto Alegre, considerado como o introdutor da arte da caricatura entre nós já no ano de 1837, através de impressões litográficas avulsas, deve ser apontado como o principal e primeiro redator de um periódico ilustrado circulante no Rio de Janeiro nos anos de 1844 e

1845. Trata-se da “Lanterna Mágica”. Poderíamos apontar outros periódicos importantes como: A Marmota da Corte, mais tarde denominada Marmota Fluminense, onde além da litografia utilizada para a execução de figurinos femininos, aparece também a xilogravura como técnica de impressão, ao registrar fatos e costumes da época.

Artistas estrangeiros que estiveram no Brasil também colaboraram ou mesmo dirigiram alguns destes jornais ilustrados, como foi o caso de Sebastien Sisson, gravador da Ilustração Brasileira. A influência da caricatura francesa nos periódicos ilustrados do século XIX no Brasil é bastante significativa. Basta lembrar o Charivari, homônimo do jornal francês de Honoré Daumier, onde surgiu pela primeira vez, a estilização do perfil do imperador D. Pedro II no formato de uma castanha de caju. É peculiar a ação de periódicos ilustrados que surgiram dentro de um contexto específico e com propósitos dirigidos a uma determinada causa, como foi o caso do “Paraguai Ilustrado” - semanário asneirótico, burlesco e galhofeiro, que atacou Lopes e seu exército através da caricatura durante os primeiros anos do conflito entre o Brasil e o Paraguai.

O Mequetrefe deve ser considerado pelo importante papel desempenhado no período que se estendeu de 1875 a 1893. Foram seus colaboradores, na parte ilustrada, Cândido de Faria, Alves Vale, Joseph Mill e Aluísio de Azevedo, e na parte literária, Olavo Bilac, Artur Azevedo, Lúcio de Mendonça, Raimundo Correia, além de outros. Muitos desses periódicos só conseguiram sobreviver, entretanto, por alguns anos ou meses.

Dentre todos os periódicos ilustrados circulantes na Corte durante o século XIX, A **Revista Ilustrada** foi, sem dúvida, o semanário artístico de mais expressiva presença na imprensa daquele período.

Sua ação não se restringiu apenas aos limites da cidade do Rio de Janeiro, mas também a outras províncias do país, de norte a sul, atingindo um público bastante diverso. Não se mostrou tão somente um semanário político, mas também exerceu a função de, através da arte, informar e divertir. Embora utilizasse um discurso vigoroso e, às vezes, contundente, quando no tratamento de problemas políticos, a revista adquiria uma linguagem mais amena e humorística no trato dos assuntos cotidianos da cidade, do Brasil e do mundo, com resenhas noticiosas ilustradas, folhetins, contos, histórias em quadrinhos, acompanhamento constante de espetáculos teatrais circenses e musicais. Foi uma revista que atingiu a um público bastante amplo porque não dirigiu seus assuntos exclusivamente a setores por demais específicos da população. Tratou de vários assuntos, tanto da esfera política como também daqueles referentes ao cotidiano da cidade.

Outro fator que contribuiu para a ampla divulgação deste jornalismo foi a forma com que as notícias e críticas eram veiculadas ao público leitor. Costuma-se atribuir à sua feição ilustrada a razão da grande popularidade que obteve naqueles anos. A linguagem figurativa, entretanto, pode não ser acessível à maioria do público, quando se apresenta distanciada da própria realidade de seu espectador. O que determinou a referida difusão deste semanário foi a utilização de um discurso popular, extraído da experiência palpável da sociedade em que estava o jornal de Agostini inserido. Por isso, obteve por muito tempo, uma boa regularidade em suas publicações, com exceção de sua fase final, quando Agostini já não é mais seu redator artístico.

O primeiro número da **Revista Ilustrada** apareceu no dia 10 de janeiro de 1876. Era publicado todos os sábados e vendido na Oficina Litográfica a Vapor, na rua da Assembléia, nº 44, ou na Livraria Garnier, na rua do Ouvidor, nº 65 a 500 réis o exemplar, com assinaturas anuais a 16\$000 para a capital e 20\$000 para o interior e por todo o país, onde se concentrava a maior parte dos assinantes. Com uma tiragem de quatro mil exemplares, cifra jamais alcançada por qualquer outro jornal ilustrado na América Latina, a revista era de tamanho tablóide, composta de 8 páginas, sendo quatro de texto e quatro ilustradas.

O que predominava no seu trabalho artístico - tanto em sua feição caricatural como ilustrativa - era a elaboração do desenho com apuro, impresso pelo sistema litográfico, onde o gravador era o autor da composição. Observa-se o uso de meio tons, tanto para configurar volumes como para equacionar a iluminação da obra. Na caricatura, sobretudo, a presença do esfumino e da macrocefalia, típicos da época, era utilizada para a caracterização de personagens em relevo na política. Além da caricatura, encontram-se trabalhos, na revista, de retratística, alegoria, arte-reportagem e história em quadrinhos.

Monteiro Lobato acentuou a grande popularidade da **Revista Ilustrada**, levando seus artistas a viver durante muitos anos do produto das assinaturas, sem o desgosto de mendigar trabalho tão em voga durante a República.

Coube realmente a Agostini o mérito de ter consagrado a alta categoria da revista, já nos primeiros anos de sua publicação. Admitia um naturalismo mais convencional, pelo desejo de representação, com alguns influxos românticos, principalmente na utilização de elementos temáticos típicos a este estilo, como, por exemplo, a representação do país através da figura do índio ou a composição de várias ilustrações, onde predominam paisagens.

Natural de Farcelle, Itália, onde nascera em 1843, teve Agostini uma sólida formação como desenhista em Paris. Chegou ao Brasil em 1859 e, depois de rápida estada no Rio, fixou-se em São Paulo, onde fundou e ilustrou o *Diabo Coxo*, em 1864, tendo como um dos redatores, Luis Gama. Dois anos mais tarde trabalhou em *O Cabrião*, tendo como companheiro de redação Américo de Campos. Sofrendo perseguições políticas, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Depois de trabalhar em alguns periódicos, fundou a **Revista Ilustrada**, mantendo-a até 1891. Fundou também o *D. Quixote*, em 1898 e cooperou no lançamento de *O Tico-Tico*, em 1905, a primeira revista infantil publicada em nosso país. Finalmente encerrou suas atividades em *O Malho*, onde trabalhou até sua morte, em 1910. Recebeu o título de cidadão brasileiro pelos seus esforços na defesa da abolição da escravidão e por sua luta em prol da proclamação da República.

É preciso destacar que nas páginas da **Revista Ilustrada** o sistema escravista foi posto em evidência através de um discurso não apenas dramático e impessoal, como também em forma de denúncia, num tom dramático, ao relatar as injustiças do sistema refletidas no sofrimento de cativos que Agostini retratou. Fã incondicional da revista, Joaquim Nabuco chamou-a de “Bíblia da Abolição dos que não sabem ler”. A propaganda republicana também pode ser vista, inicialmente, de forma amena e depois mais intensamente nas folhas deste semanário.

A monarquia costumava ser retratada pelo artista como algo obsoleto, sustentada pelos elementos mais conservadores da sociedade, e a figura do imperador, em particular, foi alvo contumaz do lápis chistoso do caricaturista italiano. D. Pedro II era representado ora adormecido nas sessões do Instituto Histórico, ora de saio de Joaquina, aos pinotes com Lafaiete, no seu cavaleiro de pau, ora nas falas do trono que o punham de pernas para o ar, com manto, cetro e coroa. Muitas críticas eram feitas ao ministério. O Barão de Cotegipe era figurado de mil maneiras, normalmente representado com seu grosso nariz recurvado, todas, entretanto, mostrando sua habilidade política. Às vezes aparecia como “leão da fábula” açambarcando o melhor bocado. Outras vezes, como “macaco velho” que não metia a mão nas combucas dos Liberais.

A *Revista Ilustrada* é considerada o maior documentário ilustrado que qualquer periódico de nossa História conheceu, somente comparável ao que, de outra época, deixaram Debret e Rugendas, na fase anterior ao aparecimento da imprensa ilustrada em nosso país, mas com a superioridade de uma arte participante.

Lobato comenta que a Revista Ilustrada foi a coqueluche do fazendeiro. Quando este chegava cansado da sua faina diária no campo, apeava, entregava o cavalo a um negro, entrava, sentava-se na rede, pedia café à mulatinha e imediatamente abria a revista. Deleitava-se com os acontecimentos políticos que desfilavam perante os seus olhos e o seu rosto se iluminava de satisfação com o que lia, pois ali estava vendo o Brasil.

Em linhas gerais, tal periódico significou uma das várias tendências artísticas do século XIX e, em particular, para o caso dos periódicos ilustrados representou a síntese do que foi a ação da arte na imprensa oitocentista, com uma produção fecunda, cujo conteúdo merece uma reavaliação.

SUPOSTAS CAUSAS DA REPÚBLICA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Tornou-se lugar comum dizer que três fatos foram os mais significativos para a queda do Império Brasileiro: a abolição da escravidão, a denominada “Questão religiosa” e a “Questão militar”, embora nos pareça muito mais incisivo e definitivo para o que ocorreu em 1889, o reconhecimento da efetivação de uma maior dinâmica nas forças motrizes da economia do Império, que, se não teve a suficiente força para romper as amarras do subdesenvolvimento, foi, pelo menos, suficiente para provocar o grande desequilíbrio no imobilismo colonial em que até então se alicerçavam as estruturas do país, exigindo modificações sócio-políticas imediatamente inerentes às novas condições.

No entanto, como as rédeas do poder político se encontravam em mãos de uma camada social ligada ao meio rural, e cujos interesses não mais encontravam consonância com o momento histórico, não permitiram concessões, acirraram-se as contradições que acabaram por corroer e destruir o edifício imperial.

Com a abolição, os proprietários rurais, indignados com a monarquia, desinteressaram-se pelo destino da mesma, e muitos deles ingressaram no Partido Republicano (talvez muitos deles pensando até numa possível indenização pelas perdas sofridas com a abolição, já que a monarquia não os indenizara), fato este que se vinculava bem à profecia do Barão de Cotejipe quando disse à Princesa Isabel que ela ganhara a abolição, mas perdera o trono.

Com relação à Questão Religiosa, é sempre oportuno lembrar que a história do clero brasileiro, sobretudo durante o Império, é mais de ordem econômico-social do que propriamente espiritual.

Nossa religiosidade era mais de hábito do que de fé, e os próprios viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil por essa época, caso, por exemplo, de Saint-Hilaire, Kidder e tantos outros, já observavam isso.

A influência do clero se fazia sentir mais dentro de um espírito de fanatismo, fruto da própria ignorância do povo, sendo pouco afeito à teologia, dando-se bem, portanto, com o regalismo. Poucos eram aqueles que, zelosos dos princípios teológicos, do direito canônico, revoltavam-se com o regalismo e com o sincretismo da massa popular. Dos poucos representantes de uma “elite clerical”, lembram-se os nomes de D. Vital de Oliveira, bispo de Olinda, e de D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, que acabaram por entrar em choque com o governo imperial, provocando o início da questão religiosa, que se prolongou de 1872 a 1875.

Ocorreu, de início, no Rio de Janeiro, em 1872, e nada mais foi que uma divergência entre os bispos e a maçonaria. Esta, na ocasião promoveu uma festa em homenagem ao seu grão-mestre, o Visconde do Rio Branco, pela lei da libertação dos filhos de escravos (28 de setembro de 1871), e um padre maçom fizera um discurso bem maçônico e, por isto, fora suspenso pelo bispo. Iniciar-se-ia, assim, a luta que envolveu alguns bispos, a maçonaria e o governo.

D. Vital, anti-maçom, proibira qualquer manifestação deste tipo, e os maçons, seguros de sua força política, publicaram uma lista envolvendo nomes importantes, inclusive de padres, que faziam parte dessa instituição. D. Vital suspendeu a todos eles e ordenou que os maçons fossem eliminados das irmandades religiosas. Ninguém o obedeceu e os maçons apelaram à Coroa e esta, pelo Conselho de Estado, atendeu-os. A 12 de junho de 1873, o governo ordenou que o bispo levantasse o interdito e deixasse tranqüilos os maçons em suas irmandades. Ante a recusa de D. Vital, o governo retirou o interdito.

Pelas mesmas razões, no Pará, iria sofrer D. Antônio de Macedo Costa; e em 1874 os dois bispos foram condenados a quatro anos de prisão.

Todavia essa questão religiosa não foi uma causa imediata da República, até porque tal querela passou praticamente ignorada pelo povo e indiferente aos intelectuais; porém, o alto clero, daí em diante, tornou-se apático à monarquia e alguns de seus representantes aceitaram a idéia da República.

Com relação à Questão Militar, aí distinguimos o papel de outro importante grupo da classe média. Como escreveu Nelson Werneck Sodré, “desde que empresara a autonomia, a classe senhorial articulava o seu sistema de força militar em três suportes principais: a Marinha, a Guarda Nacional e a tropa mercenária. A Guarda Nacional era o poder específico da classe senhorial. Sua organização regional, seu processo de recrutamento, confundindo no titular de comando o titular da propriedade, suas missões

taxativas caracterizavam a instituição. Ela se destinava a manter os privilégios da classe dominante e era acionada pelos seus elementos. O poder militar era assumido, assim, em cada propriedade, pelo detentor do poder econômico diretamente".¹

Com a Guerra do Paraguai a tradição foi alterada, pois só uma força militar específica, profissional, atenderia às necessidades do conflito, força essa que foi recrutada na classe média, plenamente constituída em 1870, quando a Guerra do Paraguai chegou ao seu fim.²

A classe dominante não tinha simpatias pelo Exército, tratando-o como subalterno e o próprio Imperador assemelhava-se nessa atitude. E os propagandistas republicanos, aproveitando-se dessa oportunidade, explorariam a desconfiança existente entre oficiais e políticos monárquicos, para expandir suas idéias, já que, se fôssemos claramente definir a situação política dos militares nessa época, observaríamos que, de conformidade com o art. 6º da Carta de 1824, o militar, no rigor da palavra, era um "cidadão brasileiro", e neste sentido com direitos de dizer ao Ministro ou a qualquer superior: "estais fora da lei, exerceis um arbítrio absoluto que não tendes e não podeis ser obedecidos; não vos obedecemos".

E são sobejamente conhecidas as ordens emitidas por dois ministros liberais e um conservador, proibindo aos militares o uso da imprensa, principalmente em sua defesa natural, e a atitude do governo que, prevalecendo-se de um poder discricionário, mandou punir, com prisão e repreensão aos militares que usaram de seu meio legal de defesa.

Duas forças - o exército e parte da camada das populações - fundiram-se ambas numa só coletividade, a dos cidadãos, dentro de um espírito de dignidade e de solidariedade com um regulador supremo: a pátria. No entanto, para a monarquia, o exército deveria oprimir as outras classes sociais e o governo, por sua vez, deveria oprimir o exército, havendo só uma classe garantida: a oligarquia dinástica, que procurava sempre fazer dos homens d'armas uma classe de "servos passivos", ainda mais coata que a do funcionalismo público burocrático ou que a do próprio clero.

E para que se completasse esse domínio absoluto, foi confiada a sua direção suprema a indivíduos completamente alheios ao ofício, os quais decidiam dos altos negócios da defesa do país, sem possuir a menor idéia da arte militar. Naturalmente, os republicanos colocaram-se ao lado do exército, num voto de confiança, para poder realmente corresponder às aspirações patrióticas.

(1) Sodré, Nelson Werneck - **Introdução à revolução brasileira**: 183. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1958.

(2) Sodré, Nelson Werneck - **op. cit.**: 184.

A CRUZ A SERVIÇO DA ESPADA?

Rui Ribeiro de CAMPOS

Depois de anos de experiência no Brasil, padre Manuel da Nóbrega escreveu: **“Como não sabem que coisa é crer nem adorar, não podem entender a pregação do Evangelho, pois ela se funda em fazer crer e adorar a um só Deus e a esse só servir; e como este gentio não adora nada, nem crê nada, tudo o que lhe dizeis se fica em nada.”**

Contudo, se parecia ter fracassado na adoção da fé, tinha tido sucesso na implantação da colonização. A “cristandade colonial”, aqui organizada e dirigida pelos jesuítas é fruto direto do Concílio de Trento (1545 - 63), da Contra - Reforma, que reforça a autoridade papal, mantém a doutrina tradicional, restabelece a disciplina, cria seminários, etc. A Companhia de Jesus é parte das tropas da Igreja nesta empreitada, que tem como arma o modelo educacional estabelecido na **“Ratio et Institutio Studiorum Societatis Jesu”**.

Fundado pelo oficial espanhol Ignácio de Layola, organizada em moldes militares, os jesuítas tiveram como primeiro reino a recebê-los o de Portugal, que com a Espanha, será um dos sustentáculos da Contra - Reforma. A Reforma, mais do que dos abusos da Igreja Católica, resulta da necessidade de mudanças ideológicas provocadas por alterações sócio-econômicas e políticas na Europa. É parte da ideologia da burguesia que se forma, de sua luta contra a ordem feudal e o internacionalismo político da Santa Sé. O nacionalismo cresce aliado a grupos mercantis, a Alemanha adota o luteranismo, o calvinismo se propaga pelos Países-Baixos e por outros países. É preciso estancar essa sangria, reformando a Igreja, apresentando um novo modelo de vida cristã, uma nova moral, uma doutrina mais precisa e dogmática, preparando melhor os padres para esse combate, etc.. É o modelo tridentino que será implantado no Brasil, trazendo a cruz com o apoio da espada.

O basco Ignácio de Loyola (1491?-1556), órfão de pai e mãe aos 16 anos, cresceu com os 13 irmãos (um deles, Pedro, era padre e pai de quatro filhos). Teve uma juventude nada exemplar; opta pela carreira militar e participa de inúmeras batalhas, até que em maio de 1521 uma bala de canhão danifica sua perna. Fora de combate, converteu-se na convalescência (dizem que se confessa por três dias seguidos, o que dá uma idéia do número de pecados que possuía), passa a viver como peregrino-pregador, abandonando algumas noções de higiene, peregrinação interrompida pelo Santo Ofício que, por dois meses, o deixou preso. Escapa do fogo eclesiástico mas continua a ver a vida como um militar. A vida é uma batalha entre o bem e o mal, que deve ser vencida conquistando terras para o reino (Igreja). Na Companhia do Rei (Jesus), se propõe a ir para a frente de batalha através do ensino, fundando colégios (para formar “novos quadros cristãos”), vivendo na obediência, pobreza, castidade e submissão total ao Papa; é a **“teologia do combate”**, atuando em dois campos de batalha: o púlpito e a escola. Parte deste exército, Nóbrega e cinco padres, desembarca no Brasil em 1549 com o governador Tomé de Souza.

Desembarcam Igreja e Estado. Uma Igreja ligada ao despotismo português e com portugueses que se acreditavam escolhidos por Deus para dominar várias partes do mundo e implantar o **“orbis christianus”**. A mensagem cristã-católica é universal e as conquistas portuguesas expandiriam o reino de Deus, que deveria ser universal como a mensagem. Por isso que os objetivos dos missionários e o dos colonizadores se entrelaçavam, eram interdependentes. Se no começo da expansão imperialista e apostólica, a Coroa se comportava de maneira submissa, com o progressivo fortalecimento do Estado lusitano, este passa a exigir mais privilégios em troca do apoio à política da Santa Sé e esta precisava do apoio português após a Reforma (1517). A Igreja também compromete a Coroa ao conferir-lhe o padroado sobre novas terras descobertas. O padroado consistia no direito de administrar os “negócios eclesiásticos”, passando o rei português a ter poder civil e eclesiástico.

Agora todos tinham que ser católicos e ser católico era também ser submisso à Coroa. E, nas “novas terras”, sem heresias, islâmicos ou protestantes, não há grandes ameaças e, sem elas, o catolicismo passa a ser dominante, se transformando mais num **“estilo cultural”** que numa opção de fé e numa idéia de algo permanente.

Os gentios e os escravos africanos serão o alvo da evangelização e os filhos dos colonizadores é que serão o alvo da educação. Para garantir

a evangelização, a atividade jesuítica acabou se dirigindo para o aldeamento. E, ao juntar indivíduos de tribos diversas numa mesma aldeia, estavam promovendo um violento processo de destribalização. Por isso a catequese desempenhou um papel ímpar, transformando a cristianização e o aportuguesamento numa mesma tarefa. Mas como a catequese desempenhou essa tarefa no contexto colonial quinhentista? Porque seus realizadores não tiveram nenhuma sensibilidade pelo problema intercultural? Tiveram os Jesuítas uma posição clara e radical no tocante à liberdade dos índios? Por que não questionaram a escravidão? Se o objetivo era também conquistar mão-de-obra, por que a necessidade de conversão?

Quem procura responder a estas questões é José Maria de Paiva, no livro **Colonização e Catequese, 1549 - 1600** (São Paulo: Autores Associados: Cortez, 108 p.). Definindo a catequese como **“toda a ação pastoral da Igreja: a doutrinação propriamente dita, a pastoral litúrgico-devocional, o comportamento das pessoas e das instituições eclesiais”** (p. 13) e afirmando que a Igreja se achava a única representante de Deus na Terra, com a obrigação de anunciar a Verdade a todos os infiéis, que assim eram, não por tê-la renegado mas por não conhecê-la ainda, procura analisar a catequese da Companhia de Jesus, nas terras brasileiras, nos seus primeiros cinquenta anos. Ou seja, não é uma análise de todo o período jesuítico (de Tomé de Souza a Pombal) e nem de como **“uma determinada nação indígena recebeu a mensagem religiosa”** mas sim de **“como a mensagem religiosa atendeu aos objetivos da colonização”**.

Levar a palavra da salvação a todos os quadrantes, era garantir a unidade da **“orbis christianus”**; todos tinham também o direito de serem cristãos mas um direito que também ninguém podia recusar. Os colonizadores até que procuravam passar a idéia de que a busca de metais preciosos era um simples meio da Providência para realizar uma obra tão fantástica: a conversão dos infiéis. Enquanto infiéis, era legítimo serem escravos: **“toda guerra justa gerava escravidão justa”**. E **“aos jesuítas faltou uma posição clara e radical no tocante à liberdade dos índios”** e esta **“falta de radicalidade permitiu que os índios fossem escravizados e dizimados às mãos dos colonos depredadores da natureza”** (p. 38). Por respeitar a ordem estabelecida, os jesuítas não questionaram toda a estrutura social que era implantada, objetivando uma produção em grande escala para o exterior.

Catequizar era inculcar os valores da cultura portuguesa; era enquadrar os índios na sociedade portuguesa mas num papel que não fosse

o dos portugueses. O fracasso na catequese dos adultos, aliado à existência de poucos missionários, levou ao aldeamento e à pregação centrada nas crianças. A catequese nas crianças era mais fácil e gerava a desagregação familiar.

O livro não faz uma análise do modelo pedagógico escolar jesuítico mas pela análise que faz, inclusive das **“Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil”**; percebe-se porque ele era anti-moderno, centrado no **“magister dixit”**, na obediência, delação, competição e premiação. O texto peca por generalizar demais os índios, por omitir o padroado na ligação e Coroa e por não caracterizar bem, a partir da fundação, a Companhia de Jesus. Contudo analisa, e bem, como os jesuítas entenderam sua própria missão, as relações entre os interesses mercantis e os interesses religiosos, e a funcionalidade da catequese na colonização. Para os interessados na história do Brasil e na história de nossa educação, o livro é muito interessante.

ALFABETIZAÇÃO E PODER: PERSPECTIVA HISTÓRICA

Gertrudes Porto WITTER

BOWMAN, A. K. & WOOLF, G. (orgs) *Literacy and power in Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, ix + 249p.

Quando o homem inventou a leitura-escrita abriu para a sua espécie horizontes impensáveis, tornou possível uma comunicação mais ampla, precisa, desvinculada do aqui, do agora; estabeleceu bases para a própria evolução e para a preservação da história. Mas o ler e o escrever logo se associaram ao poder, pessoal, estatal e mesmo de umas nações em relação às outras. A história da alfabetização ou domínio da escrita é pelo menos em parte, a história do poder, ou melhor, de muitos poderes distritos, mas, nem todos positivos. Poder legar às novas gerações seus conhecimentos, sua arte, sua filosofia sob a forma escrita, ciente de que haveria comunicação, certamente foi muito enriquecedor. Foi um poder associado a um saber que viabilizou um fazer o homem progredir. Entretanto, por vezes a alfabetização e a leitura acabaram por ser instrumentos de um poder político, social e econômico que se fez perverso e injusto.

Resgatar a história da relação alfabetização - poder pode ser de interesse mais do que histórico, pois certamente a recuperação de algumas informações podem levar à reflexão e à reconsideração crítica desta relação.

No âmbito da pesquisa sobre a leitura, a história tem sido vista como de relativa, revelância, tanto que na principal base de dados bibliográficos na área (**Annual Summary of Investigations Relating to Reading**) ela aparece em várias sub-categorias: História da Alfabetização; História de Jornais e de Revistas dos Livros e da Imprensa, além de histórias específicas serem tratadas em todas as categorias.

O livro aqui resenhado resgata parte substancial da história da relação alfabetização-poder, no mundo antigo, mas que ainda hoje persistem, ainda que possam estar mascaradas ou com novas roupagens.

A obra organizada por Bowman e Woolf foi editada em 1994 mas esgotou-se rapidamente e já em 1995 surgiu a segunda impressão. A apresentação material é de alta qualidade tornando agradável o contato físico com o material. É constituído por 13 capítulos escritos por docentes de diversas universidades e institutos. A bibliografia referida nos vários capítulos aparece organizada, por capítulo, no final do livro, o que dificulta mais a consulta do que se cada capítulo se fechasse com referências, o que além de mais prático seria também mais econômico pois poderiam ser reduzidas as notas de rodapé que apenas apresentam referências bibliográficas. O livro é complementado com um índice de assunto e de autores históricos mas não é muito detalhado, só tópicos gerais foram incluídos.

No primeiro capítulo os organizadores fazem uma apreciação geral sobre o interesse pelo estudo da escrita, de forma interdisciplinar; a pressão pela busca do conhecimento relativo a como os textos eram produzidos, circulavam e eram lidos na antiguidade. Além disso lembram que nosso conhecimento sobre o passado repousa nos textos. Apontam que a escrita foi usada, já na antiguidade, em uma variedade de formas para construir o poder. É certo que o domínio da escrita não opera como força por si mesmo, não altera nem promove o conhecimento econômico, nem produz por si só revoluções. Há necessidade de pesquisar, em cada sociedade, o impacto do ler-escrever. Apontam como denominador comum dos trabalhos a relação alfabetização - poder. Lembram ainda que os autores adotam concepções pessoais de poder (político, religioso, físico, psicológico, etc). Além do que enfocam também o poder dos autores **sobre** e **através** dos textos. Tratam ainda do uso da escrita pelo estado como um instrumento de organização que se alicerça na burocracia, a qual por sua vez cria uma hierarquia e uma elite de poder. O contexto multilíngüe toma a leitura de várias línguas outra modalidade de poder. De fato, há uma ampla variedade de combinações para alfabetização e poder.

O segundo capítulo é assinado por Lewis e estuda o poder exercido pelos persas através da escrita, retomando Dario, Bagaios e as tábuas de Persepolis, enfocando o efeito lingüístico das variações de língua empregadas, as quais poderiam ser usadas para controle e prejuízo de outrem especialmente em documentos comerciais (mudando mês de pagamento, de entrega por exemplo).

O capítulo seguinte é da lavra de Thomas e enfoca a leitura - escrita na clássica cidade - estado da Grécia. Logo nas primeiras linhas do seu discurso lembra com precisão: "É especialmente importante para a relação entre alfabetização e poder a distinção entre sociedades nas quais existe a escrita (mas é possivelmente usada só pelos escribas) e sociedades nas quais muitas pessoas precisam ser capazes de ler e/ou escrever por si próprias. Em muitas sociedades a habilidade de escrever e ler, que agrupamos naturalmente sob o termo 'alfabetização', são bem separadas, nelas é comum encontrar pessoas que sabem ler mas não escrever, mas que não são limitadas por isto. Como o mundo da escrita na Grécia era comumente lido em voz alta (e assim acessível aos que não sabiam ler)" (p. 33) a autora passa a concentrar sua atenção mais no poder da escrita do que da alfabetização, além do que, lhe parece que é a escrita que está mais associada ao poder. Aliás, a escrita é essencial para o estado exercer sua autoridade e mesmo autoritarismo, especialmente se a nação é grande e há longas distâncias a percorrer. Mas mesmo na cidade - estados a escrita teve esta função, começando pela facilitação da escravidão.

Ray enfoca a mesma relação no Egito no seu último período e no período persa, longe do esplendor e do poder que teve no Império, mas ainda um dos países mais importante do Mediterrâneo. Região cosmólita, com cerca de 40 línguas em uso (forte presença de imigrantes), a escrita egípcia era antiga e muito importante na comunicação oficial, nas inscrições públicas e nos registros históricos, comerciais, na religião. Apesar da grande presença de imigrantes a escrita egípcia os excluía e fazia permanecer como distinta a cultura dos egípcios.

O capítulo assinado por Thompson dá continuidade ao de Ray, enfoca a questão no Egito Ptolemaico quando o domínio da cultura grega se faz presente especialmente na Biblioteca da Alexandria, que começa a ditar o gosto e a moda em termos de textos. Mostra as relações entre conquistador e conquistado no uso da escrita, havendo esforço no sentido de helenizar a maioria da população usando-se o grego na burocracia governamental, tendo papel importante nos registros e na definição das regras de poder.

Woolf trata do poder e da ampliação da escrita no mundo ocidental durante a antiguidade. Embora muitos dos povos conquistados romanos tivessem sua própria escrita e literatura, aos poucos mesmo nesta áreas se impôs o domínio latino, pouco sobrevivendo de outras culturas. Dois processos contribuíam para a expansão da escrita sendo um deles o fato de ser muito fragmentado o poder social, político e econômico nos países conquistados e outros que parece ser unificado na escrita como bem percebiam

o poder romano. Realmente, com a expansão do império, da nova língua, a destruição das práticas de escrita existentes, e seus significados, houve grande mudança cultural introduzida pelos conquistadores. Mas esta expansão da escrita “não pode ser vista como expansão da civilização clássica.” (p. 98) Poder e alfabetização estavam conectados, menos pela tecnologia instrumental que a escrita viabiliza do que pela importância das relações de poder que o contexto criado pela modelagem que uma nova escrita viabilizou quer fosse adotada, adaptada ou mesmo rejeitada.

No capítulo seguinte Goodman mostra como isto ocorreu no âmbito dos Judeus dominados pelos romanos, nos primeiros séculos depois de Cristo e mostra o papel e o poder dos escribas.

Bowman amplia territorialmente estas análises enfocando o que ocorreu na expansão das fronteiras romanas para o norte. “O desenvolvimento da alfabetização, da burocracia e da documentação reforça a autonomia das instituições em que existem” (p. 119). As forças armadas romanas sabiam disto e usavam este conhecimento para registro de suas operações e para a administração, fortalecendo-se assim a relação aqui estudada. Além disso através da escrita ampliou-se o poder da comunicação.

A relação entre alfabetização e começo do cristianismo é estudada por Fox, no Capítulo 9. Jesus não aparece como escritor ou estimulador de um registro, a tradição cristã começa pela transmissão oral, só bem posteriormente será feita via escrita e com ela diminuiu o respeito pela transmissão oral. Valores diferentes foram atribuídos a textos diversos (como na tradição judaica). Houve uma combinação de textos sagrados e de padronização da autoridade na Igreja, em uma combinação única de alfabetização e poder; a qual é bem descrita pelo autor.

Brock retoma a antiga Síria para estudar a relação de poder face às línguas grega e síria. Começa afirmando: “No Império Romano Oriental a língua do poder político era predominantemente grego, embora o latim garantisse sua presença no exército e na lei” (p. 149), sendo que o prestígio cultural de grego vinha do período de Ptolomeu. A língua síria ficou sufocada com toda a cultura e literatura nela implícita.

Kelly enfoca a burocracia romana como base para sua análise da relação alfabetização - poder começando pelos arquivos e documentação de Constantinopla. No hipódromo se localizava o arquivo do mais importante departamento administrativo do Império Romano, ou seja, a Prefeitura Pretoriana Oriental, sob a guarda do oficial denominado **instrumentarius**. Havia uma grande preocupação com o gerar e o preservar a documentação.

Táticas diversas foram usadas de modo a que o crescimento da burocracia (escrita) também fortaleceu e ampliou o poder dos imperadores. Resolvia-se ou tentava-se resolver desta forma o problema de redução do capricho da autocracia via documentação e arquivos que por regras fixas e lentas garantiam a burocracia.

O penúltimo capítulo enfoca a questão no período da migração, analisando de forma rápida a relação alfabetização poder no mundo não romano e no romano com características peculiares que acabaram por tornar obsoleto e caro dominar a alfabetização (especialmente a literatura) clássica, praticamente desaparecendo a carreira burocrática e destruindo o edifício do “latim correto.”

Cameron remete o leitor a Bizâncio em sua “idade negra” (7º e 8º séculos da era cristã), período histórico pouco conhecido, tendo como base a Biblioteca de Photius que preserva muito da literatura clássica; período em que face a perda de velhas normas, novas foram geradas.

Todos os textos apresentam um denominador temático comum e apoiam-se em uma mesma estrutura metodológica e discursiva, que garantem unidade ao livro. Entretanto, são suficientemente independentes para serem lidos isoladamente. Isto facilita o uso dos capítulos em seminários e a leitura de textos específicos, conforme o interesse do leitor ou releitor da obra.

Trata-se de livro que interessa a lingüísticas, psicólogos, sociólogos, políticos, historiadores, bibliotecários, literatos, mais ainda a todo cidadão que é usuário da leitura e da escrita.

A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Manuel Correia de ANDRADE

A 06 de março, comemorou-se mais um aniversário da Revolução Pernambucana de 1817, revolução que representou a intrepidez e a coragem do povo pernambucano, sabendo reagir contra o domínio do colonizador português e se organizando sob a forma republicana de governo. O movimento foi precipitado pela atitude do governador português, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que governava a capitania desde 1804, e que não acreditava na altivez e no espírito de luta dos pernambucanos.

Ele sabia da ocorrência de conspirações e de que numerosos padres, militares, proprietários de terra, comerciantes e até magistrados estavam ligados a lojas maçônicas e que professavam idéias liberais, então chamadas de “idéias francesas”. Mas não acreditava que a elite do Recife e Olinda fosse capaz de se levantar contra o governo absolutista de D. João VI; por isto comentava que os pernambucanos estavam a conspirar mas, na verdade, não os temia. Quando a situação se tornou mais grave, ele determinou a prisão dos líderes civis e militares, ocorrendo, porém, que o brigadeiro Barbosa de Castro, ao prender os oficiais brasileiros os insultou. Em resposta ao insulto, o capitão José de Barros Lima, em um gesto rápido, puxou a espada e o matou. Este fato, ocorrido entre oficiais e dentro de um quartel, criou uma situação confusa e os oficiais brasileiros, aproveitando o momento, libertaram os presos e ocuparam o Recife.

O governador não estava a altura do momento histórico, era medroso e titubeante, dele se dizia que “era Caetano no nome, pinto na coragem, monte na altura e negro nas ações”. Não podendo enfrentar as tropas, recolheu-se à fortaleza do Brun, negociando com os rebeldes a entrega do poder e a sua retirada para o Rio de Janeiro.

De posse da cidade e com o apoio da população da capitania de Pernambuco e das vizinhas, Paraíba e Rio Grande do Norte, os rebeldes organizaram um governo colegiado, formado pelos representantes de várias

classes - clero, militares, magistratura, comércio e agricultura - e procuraram expandir a sua área de influência, enviando representantes à Bahia e ao Ceará; enviaram também um emissário aos Estados Unidos e procuraram credenciar o jornalista Hipólito José da Costa como seu representante na Inglaterra, onde ele vivia. Era o primeiro governo republicano a se instalar e a funcionar por mais de dois meses no Brasil.

Se a conquista do poder foi relativamente fácil, a sua conservação e a organização da nova república foi bem difícil. O governo real organizou imediatamente uma ofensiva, fazendo partir forças de terra da Bahia e por mar do Rio de Janeiro. Os rebeldes não conseguiram reconhecimento externo e as armas compradas nos Estados Unidos, por Cruz Cabugá, chegaram ao Recife quando a república já havia sucumbido. No plano interno havia uma grande contradição gerada pelo problema da escravatura. Os senhores de engenho, que viviam da força do trabalho escravo, não concordavam com a abolição, e os revolucionários, necessitando dos mesmos, não tiveram a coragem de libertá-los.

Havia ainda, entre as classes dominantes, a desconfiança entre os comerciantes, em sua maioria portugueses, que controlavam o comércio, e os senhores de engenho e militares, brasileiros que se opunham ao controle do comércio por parte deles. A população branca era minoritária e temia uma revolta de negros e mulatos, como ocorrera no Haiti, em 1804, e desconfiava dos vários quilombos que surgiam e tinham maior ou menor duração. O quilombo de Catucá, por exemplo, poucas léguas distante do Recife, teve décadas de duração, e as tropas de cor, com líderes, como o capitão Pedroso, eram uma ameaça constante aos denominados de “caiaidos”.

Todos estes fatos contribuíram para um rápido desfecho da revolução e a prisão em massa de implicados na mesma. Vários deles foram executados, como Domingos José Martins, José Luís de Mendonça, padre Tenório, Domingos Teotônio Jorge e outros; o padre João Ribeiro de Melo Montenegro, a maior figura de intelectual do movimento, suicidou-se ao perceber que a revolução fracassara.

O restabelecimento da ordem régia, comandada pelo general Luís do Rego Barreto, foi implacável; mas a sede de liberdade dos pernambucanos era maior do que a opressão real, e já em 1821, aproveitando-se da Revolução Constitucionalista do Porto, os pernambucanos se rebelaram e, a partir de Goiana, marcharam sobre o Recife e Olinda e expulsaram a Luís do Rego e as forças portuguesas, antes do 07 de setembro, antes da Independência do Brasil. Este espírito de luta voltaria a se manifestar em 1824, com a gloriosa Confederação do Equador, com a Guerra dos Cabanos de 1831-1836, e, em 1848, com a Revolução Praieira.

CAIRU E A ECONOMIA POLÍTICA: um compromisso com a riqueza das nações¹

José Flávio PEREIRA²

RESUMO

A questão fundamental da obra de Cairu é a mesma da economia política de Adam Smith, a saber: investigar a **natureza e as causas da Riqueza das Nações**. Por isso, sua preocupação básica é, invariavelmente, combater todas as instituições, costumes, leis e doutrinas que embaraçam e desestimulam o crescimento da riqueza e da prosperidade da sociedade.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo é mostrar que o que confere importância singular à obra de Cairu é o fato dela ser um corpo teóri-

(1) Este trabalho resume, no geral, a discussão desenvolvida em nossa tese de doutorado intitulada **Cairu Revisitado: uma contribuição ao estudo do reformismo liberal**, que foi apresentada ao departamento de História da Universidade de São Paulo em 1994, sob a orientação da professora Inês Garbuio Peralta.

(2) Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 3690, 87.020-900, Maringá-Paraná.

co-político comprometido não com a pobreza, mas sim com a prosperidade e a riqueza das nações.

A discussão é encaminhada no sentido de mostrar que tal característica deve-se às estreitas vinculações deste autor brasileiro, desde sua juventude e seus primeiros escritos, com a economia política de Adam Smith.

Assim, na primeira parte do artigo, damos uma informação geral sobre a formação intelectual do autor e procuramos situar sua obra no contexto histórico-literário do final do século dezoito e início do dezenove.

Na segunda parte, mostramos que é justamente a preocupação com a **desobstrução das Fontes das Riquezas dos Estados** que faz da obra cairuniana um corpo teórico-político comprometido não com a pobreza mas sim com a riqueza dos homens, segundo a tradição da economia política de Adam Smith. Conseqüentemente, mostramos, também, que é justamente este compromisso social que faz com que a obra de Cairu se distancie teoricamente das obras dos economistas políticos da escola de Rousseau - os chamados **economistas inovadores** ou **filósofos da pobreza** - e assuma um lugar bastante singular e original no contexto geral do reformismo liberal.

Finalmente, na terceira parte, mostramos como Cairu analisa algumas questões brasileiras à luz dos postulados da economia política. Nosso objetivo maior, nesta parte, é demonstrar o caráter original e não esquemático desta sua análise sobre a sociedade brasileira.

ÉPOCA, FORMAÇÃO E OBRA DE CAIRU

José da Silva Lisboa, mais conhecido como Visconde de Cairu, nasceu na Bahia em 15 de julho de 1756 e faleceu no Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1835.

Embora as informações sobre sua origem familiar e seus primeiros anos sejam um tanto obscuras e controvertidas, sabe-se que fez os estudos secundários no **Colégio dos Carmelitas**, na província bahiana. Ali adquiriu, com distinção, sólida formação clássica em Letras, Gramática Latina, Música e Filosofia Racional.

Em 1773 sua família o envia a Portugal para completar sua formação secundária e cursar universidade. Lá, pode sentir de perto a efervescência teórico-política que envolvia o continente europeu no final do

século dezoito. Apesar da metrópole portuguesa não ser um dos polos mais avançados de produção e irradiação do pensamento ilustrado, ela não deixava, porém, de ser contaminada pela ebulição do continente. Comprova isso a proliferação das obras de economistas e filósofos iluministas entre letrados e estadistas portugueses naquele momento.

É neste fértil ambiente social que Cairu vai se formar em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra em 1779.

Todavia, sua formação e atuação vai muito além da de um simples homem de leis. Isto ocorre não somente porque ele era um assíduo estudioso de quase tudo que havia se produzido e se produzia no mundo das letras - sagradas escrituras, literatura clássica greco-latina, economia política, jurisprudência, filosofia antiga e moderna, etc -, mas também porque grande parte das matérias do próprio curso de Direito e Jurisprudência era voltado, naquela época, para o estudo da economia política e das filosofias racional e moral. Para ser jurista ou homem de leis em sua época exigia-se, portanto, um íntimo contato com as ciências ou disciplinas relacionadas ao estudo dos fundamentos da sociedade humana.

Curiosamente, após obter o diploma de advogado e dar provas, com a publicação do livro **Princípios de Direito Mercantil** (1798), de ser um profundo conhecedor de legislação e jurisprudência, Cairu acaba entregando-se de corpo e alma ao estudo e divulgação da economia política.

Mais precisamente, é necessário frisar que ele acaba fazendo bem mais do que estudar e divulgar a economia política. O que faz, de fato, e isto logo ao sair da universidade e voltar ao Brasil, é lançar-se à investigação das questões e problemas gerais da sociedade luso-brasileira objetivando encontrar elementos que viessem a subsidiar a elaboração de um amplo projeto de reforma econômica do Império português nos finais do século XVIII e inícios do XIX.

Na realidade, é tratando das questões gerais da sociedade luso-brasileira à luz dos postulados da economia política que este pensador baiano contribui decisivamente para a difusão desta ciência entre nós e se inscreve definitivamente no movimento histórico teórico-prático da **ilustração**.

Ele deixou-nos, assim, uma vasta obra cuja característica fundamental é, sem dúvida, uma estreita afinidade com um dos mais importantes ramos da **ilustração** na sua versão mais ortodoxa e clássica: a economia política liberal de Adam Smith.

Sua obra vai apresentar, à sua maneira, aquilo que, naquele momento, é comum nas obras do gênero: a crítica contundente das instituições

mercantilistas e semifeudais da sociedade do **Antigo Regime** e, ao mesmo tempo, uma proposta de reforma social inspirada nas idéias da **ilustração**.

Dizemos que Cairu vai expressar à sua maneira, tanto a crítica do Antigo Regime como uma proposta de reforma social, porque o que caracteriza sua obra não é aquele **ecletismo** que domina a maior parte dos autores ilustrados luso-brasileiros, principalmente os chamados **memorialistas** da Academia Real de Ciências de Lisboa (Novais, 1984).

Nestes pensadores, como em muitos estadistas portugueses daquele momento - Marquês de Pombal, por exemplo -, geralmente se misturava as idéias fisiocráticas, as idéias mercantilistas e a economia política clássica inglesa. Tal mistura desembocava num sistema econômico, político e social essencialmente **ecléctico**: o **mercantilismo ilustrado** (Novais, 1984:108).

Em Cairu não veremos manifestar-se esse **ecletismo**. Sua obra é, ao contrário, conforme ele próprio não se cansa de repetir, uma fiel depositária daquilo que constitui a essência da economia política clássica smithiana, que é a concepção de trabalho humano mais geral e universalista. Cairu não restringe a produção da riqueza à agricultura, como professavam os fisiocratas, ou à manufatura, como queriam os colbertianos, ou, finalmente, ao comércio, como queriam os mercantilistas.

A obra cairuniana expressa, na verdade, uma luta de seu autor em prol da reforma do governo econômico da monarquia como muitas outras obras **ilustradas** daquele momento, mas com uma diferença fundamental em relação a elas: tal projeto de reforma inspira-se, como já dissemos inicialmente, na ortodoxia política, econômica e social da economia política de Adam Smith.

Por isso, o que encontramos nos textos cairunianos é, ao invés de uma disposição no sentido da conciliação com os sistemas e práticas restritivos da atividade econômica - fisiocracia, mercantilismo, etc. -, uma intenção de lutar pela ampliação da liberdade produtiva e comercial até o limite máximo possível, isto é, até o ponto em que tal liberdade não comprometa a segurança do estado monárquico ilustrado.

A QUESTÃO BÁSICA DE CAIRU

A questão básica da obra de Cairu é, rigorosamente, a mesma da economia política de Adam Smith, a saber: investigar a **natureza** e as **causas da riqueza das nações**.

Nesse sentido, a primeira preocupação de Cairu é definir **Riqueza Nacional como a abundância das coisas necessárias, cômodas e gratas à vida que pertencem a algum Estado** (Cairu, 1975:194).

Sua preocupação seguinte é indicar as **causas** que podem ou não contribuir para o aumento desta **riqueza** geral, o que constitui, no seu entendimento, a condição **sine qua nom** para a sociedade atingir um estágio mais avançado de opulência, prosperidade, enfim, de civilização. Esta constitui, sem dúvida, a principal preocupação de Cairu enquanto economista político e pensador.

Quanto à questão da origem da riqueza na sociedade moderna, percebe-se que Cairu critica os autores que se restringem a apregoar **vagamente** que as **Fontes da Riqueza dos Estados** estão localizadas, ao mesmo tempo, na **Agricultura**, no **Comércio**, nas **Fábricas** e na **Navegação**. Segundo ele, tais autores não levam a questão até as últimas conseqüências, revelando não perceber que, tão importante quanto dizer onde se localizam estas **Fontes** gerais da riqueza da sociedade, é reconhecer que elas têm que ser **desobstruídas e perenes** (Cairu, 1975:68-69).

Cairu frisa este segundo aspecto por julgar que é dele que depende o desenvolvimento da **Geral Indústria** e, por conseqüência, o aumento da prosperidade e do grau de civilização da sociedade moderna.

Pois bem, é justamente pelo fato de Cairu se preocupar com a questão da **desobstrução das Fontes das Riquezas dos Estados** que sua obra vai ocupar um lugar bastante singular e original no contexto teórico geral do reformismo liberal. Em contraposição a considerável parte dos teóricos reformistas, a preocupação de Cairu revela-se como um produto teórico-político comprometido não com a pobreza, mas sim com a riqueza dos homens.

Se não implicasse numa questão teórica mais profunda, esta observação pareceria trivial e sem sentido, pois, seria um absurdo pensar numa economia política que não fosse comprometida com a promoção da riqueza. Mas absurdo ou não, uma parte da economia política do século XVIII, conforme frisa Cairu em várias passagens de sua obra, comprometeu-se com a promoção da pobreza e não deixou de marcar presença no mundo das letras.

Tal economia política expressava-se nos escritos de Rousseau, Mably, Fenelon, entre outros, e sua preocupação básica era, segundo Cairu, fundamentar um projeto de reforma social espelhado não no padrão de homem próspero e civilizado dos séculos dezoito e dezenove,

mas sim no padrão de homem primitivo, pobre e selvagem que teria existido em tempos passados.

Cairu deixa claro, todavia, que a economia política professada por ele não tem nenhuma conexão com esta outra economia política, cujo objetivo é fazer a apologia da pobreza dos homens (Cairu, 1975: 456-457).

Sendo assim, ele vai fazer questão de esclarecer que a inspiração para o seu projeto de reforma social vem não somente das proposições teóricas da economia política ortodoxa de Adam Smith, mas também do próprio exemplo da sociedade inglesa contemporânea.

De fato, a Inglaterra é considerada, por Cairu, como exemplo de uma sociedade onde os homens vivem, da forma mais aproximada possível, daquilo que ele, segundo os postulados da ciência econômica burguesa ortodoxa, entende como **sociedade natural**.

A Inglaterra constitui o exemplo de sociedade burguesa a ser imitado porque ela possui, apesar da imperfeição de algumas de suas instituições, atributos ou características que a distinguem das demais nações, como os seguintes: tráfico mercantil mais desenvolvido e liberal; mercado mais aberto ao comércio mundial; maior respeito aos direitos do público consumidor; ausência de servidão da gleba e escravidão; igualdade e liberdade para adquirir e conservar a propriedade; garantia de segurança pública para a pessoa e para a propriedade; administração pública que protege indistintamente todos os ramos da divisão social do trabalho; alto nível de prosperidade, conforto, civilização e de refinamento no modo de vida dos homens; etc (Cairu, 1808 e 1818).

Todavia, é preciso não esquecer um aspecto importante nesta avaliação de Cairu a respeito da sociedade inglesa. Segundo ele, esta sociedade encontra-se neste estágio avançado de civilização, prosperidade e potência política, justamente porque foi capaz de implementar um projeto gradual de aperfeiçoamento do conjunto de suas instituições, leis e costumes.

Dito de outro modo, a Inglaterra encontrava-se, no século dezenove, na situação de sociedade mais avançada em termos civilizatórios, justamente porque já havia cumprido grande parte da tarefa histórica de reformar ou abolir as chamadas instituições **errôneas e antinaturais** que desestimulavam e obstruíam o crescimento de sua riqueza nos mais variados ramos da divisão social do trabalho.³

(3) ... se não crescessem as luzes econômicas e os Parlamentos não destruíssem os mais gravosos monopólios estabelecidos, a Grã-Bretanha, presentemente tão distinta e admirada por sua indústria e riqueza, seria pobre, miserável e pouco diferente da Barbária (Cairu, 1975:116).

Ora, é preciso repetir mais uma vez: são as constatações a respeito do processo histórico inglês e o íntimo contato com a expressão teórica deste processo, a economia política clássica de Adam Smith, que fornecerão as balizas teórico-políticas gerais do projeto de reforma liberal de Cairu.

Dessa maneira, na fundamentação de seu projeto de reforma social Cairu vai percorrer um caminho semelhante ao que havia sido percorrido por Adam Smith, quando este formulou seu próprio projeto de aperfeiçoamento da sociedade burguesa.

Na mira da crítica de Cairu vão estar todas aquelas instituições e sistemas teóricos considerados antinaturais ou errôneos que mais embarçam e obstroem que estimulam o crescimento da riqueza e da prosperidade humana.

São criticadas as **instituições feudais (a primogenitura e o morgadio)**, não só porque representam uma violação da **justiça natural burguesa**, segundo a qual todos os homens têm um direito igual à propriedade da terra, mas também porque desestimulam a livre circulação desta propriedade e o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura (Cairu, 1956, Cairu, 1975).

É criticada também a **Fisiocracia**, pelo fato deste sistema de economia política priorizar a produção de riquezas na agricultura, em detrimento da expansão da produção manufatureira e industrial (Cairu, 1956, Cairu, 1975).

É criticado, ainda, o **Sistema Mercantil** pelas restrições e gravames que ele provoca não apenas à produção, ao comércio e aos consumidores estrangeiros, mas também pelos mesmos males que ele provoca ao comércio, à produção e aos consumidores do próprio país que lança mão dos artificios antinaturais deste Sistema restritivo. Aqui, nesta crítica do mercantilismo, Cairu destaca duas instituições, o **Sistema Colonial** e as **Corporações de Ofícios**, para exemplificar os males que a política restricionista do mercantilismo provoca ao conjunto das atividades produtivas e comerciais dos povos (Cairu, 1975, Cairu, 1818).

É criticada, finalmente, a chamada **Lei dos Pobres**. Em primeiro lugar, porque ela estimula o consumo improdutivo do capital na manutenção de trabalhadores inativos. Em segundo lugar, porque, ao encadear forçadamente os trabalhadores excedentes em regiões incapazes de mantê-los e de torná-los produtivos, esta **Lei** embarça a livre circulação de pessoas e capitais no mercado (Cairu, 1975, Cairu, 1956).

Observa-se, assim, que a crítica das chamadas doutrinas econômico-sociais e das instituições humanas **errôneas** e **antinaturais** são tecidas não somente a partir das idéias de **liberdade** e **igualdade natural**, mas também a partir da noção de **racionalidade econômica burguesa**. Portanto, por trás da crítica de Cairu, está a intenção de alertar para a necessidade da implantação da liberdade de trabalho, da liberdade comercial e produtiva, da liberdade de consumo, da liberdade de aquisição da propriedade, etc.

A partir do momento em que vigore esta ampla liberdade, estarão dadas, no seu entendimento, as condições para a instauração da igualdade de oportunidades para os indivíduos das **três classes** modernas - **capitalistas, trabalhadores e proprietários de terras** - fazerem uso de seus respectivos capitais, braços e terras, da maneira que julgarem mais proveitosa a seus interesses particulares.

Segundo Cairu, esta liberdade de ação e esta igualdade de oportunidades constitui, por sua vez, a principal mola propulsora do desenvolvimento das artes produtivas e do comércio em geral, pois cria um saudável clima de concorrência entre os agentes econômicos, evitando-se, assim, o marasmo social e abrindo o caminho para uma maior racionalização das atividades gerais da sociedade.

Diante de tudo o que foi considerado, é possível concluir que, de fato, Cairu assumiu, na sua época, uma postura progressista no sentido de lutar pela consolidação das **relações sociais burguesas** no momento em que estas estavam se constituindo.

Muitos autores tentaram, entretanto, contestar o progressismo de Cairu lembrando seus ataques à Revolução Francesa e aos seus desdobramentos políticos jacobinos (Hollanda, 1982, Rocha, 1989, Souza, 1957).

Mesmo neste caso, uma análise mais detida demonstra que Cairu não estaria sendo reacionário, pois seu ataque ao **jacobinismo** tem como pressuposto a idéia de que essa vertente política pequeno-burguesa faz a apologia da pobreza. A crítica a essa tendência da Revolução não deixa de ser, portanto, favorável à consolidação da sociedade burguesa, pois esse posicionamento é construído, como já assinalamos, a partir dos postulados da economia política liberal ortodoxa.

Percebe-se, com efeito, que uma das principais críticas de Cairu em relação aos **economistas inovadores** (Rousseau, Mirabeau filho, Fenelon,

etc.) e aos revolucionários **jacobinos** (Robespierre, Danton, etc.) franceses é que eles haviam tomado como parâmetro para elaborar seus projetos de reforma social igualitarista aquela forma ideal de homem que teria existido na comunidade primitiva, e não o homem moderno.

Ou seja, Cairu crítica os **economistas inovadores** porque, para elaborar suas propostas de reforma, eles consideravam **os homens** não simplesmente como estes se encontravam no século dezoito, isto é, como homens civilizados, mas sim como estes homens deveriam ser na comunidade primitiva, isto é, pobres e selvagens (Cairu, 1956:97-287).

Ora, acreditamos que o teor desta crítica aos **economistas inovadores** dá-nos uma prova de seu progressismo em termos de projeto de sociedade burguesa. Conforme ele próprio esclarece, não pretende **retrogradar na história** como pretendiam os rousseanianos, mas sim partir das condições históricas existentes para se chegar a uma forma de sociedade ou **sistema social** mais aperfeiçoada em termos burgueses.

De fato Cairu esclarece que não quer abolir o **regime econômico** existente na época, que é o regime burguês, mas pretende apenas acabar com os **defeitos deste regime econômico** (Cairu, 1956:90-93).

Em outras palavras, Cairu diz que pretende, com sua obra, firmar e estender o **Reino da Justiça Universal**, isto é, o reino da justiça burguesa (Cairu, 1975:55).

É evidente, todavia, que ele próprio não deixa de apontar os limites desta justiça burguesa, quando diz que, em função dela, o **indivíduo** terá o **mais convinável emprego** e a **maior possível abundância do necessário, cômodo e grato à vida** que as suas próprias **circunstâncias admitam** (Cairu, 1975:55).

Tais circunstâncias relacionam-se, evidentemente, com a própria condição de classe e com a posição do indivíduo no regime de livre concorrência ou **franco ajuste**, que se instaura após a abolição das restrições às atividades produtivas e ao intercâmbio comercial dos homens.

Verificamos, assim, que essa justiça universal burguesa apresenta limites no que se refere à garantia do emprego e dos meios materiais garantidores da subsistência e do conforto dos indivíduos. Mas é necessário frisar que estes limites são históricos, isto é, são limites naturais da própria sociedade burguesa e da ciência que expressa as condições de existência dessa sociedade, que é a economia política clássica

UMA ANÁLISE DO BRASIL

Cairu entendia como perfeitamente possível a utilização dos princípios gerais da economia política smithiana no estudo da sociedade brasileira. Era necessário, entretanto, assinalava ele, levar em conta as distâncias históricas que nos separavam dos países europeus (Inglaterra, França, por exemplo), principalmente no que se refere ao grau de desenvolvimento das relações burguesas. Com estas ponderações, ele estava alertando para a necessidade de se evitar a aplicação dogmática e esquemática desta ciência na análise das questões brasileiras (Cairu, 1975).

Observa-se, com efeito, que ele consegue formular uma análise original e não esquemática da sociedade brasileira, tomando como parâmetro os princípios fundamentais gerais da economia política clássica smithiana.

Quando Cairu se propõe a discutir e fundamentar aquilo que ele denomina de **Causas naturais da Ativa Indústria** no Brasil, percebe-se claramente que a base dessa fundamentação são os principais postulados teóricos da economia política liberal ortodoxa.

Nota-se, assim, que o que permeia e dá consistência teórica ao enunciado destas **Causas naturais** é nada mais nada menos do que as categorias burguesas **liberdade e igualdade natural**.

Seguindo esta lógica, Cairu destaca alguns dos pré-requisitos básicos para estimular o desenvolvimento da **geral indústria** no Brasil: liberdade de indústria e de comércio; redução dos chamados **Bens Vinculados, Baldios e de Mão-Morta** (propriedades agrárias inalienáveis); abolição da escravidão; etc (Cairu, 1975:362-363).

Ao tratar destas questões ele adota dois níveis de abordagem.

Num primeiro momento se restringe a arrolar as doze Causas naturais do desenvolvimento da **Ativa Indústria** no Brasil. Aqui, ele expõe as idéias de uma maneira doutrinária de modo a demonstrar a sua fidelidade aos princípios fundamentais da economia política smithiana.

Num segundo momento, Cairu analisa as implicações práticas destas Causas. Notamos que a partir desse momento passa a ocorrer uma situação curiosa: ele quer sustentar uma crítica radical e contundente em relação às instituições consideradas **antinaturais e errôneas** mas parece que esbarra e se sente amarrado pelos limites que lhes são impostos pelas condições históricas brasileiras.

Esta situação pode ser notada especialmente no momento em que Cairu analisa a questão das instituições feudais relacionadas à propriedade da terra e a questão da abolição da escravidão.

No que tange à questão das instituições feudais ligadas à terra, percebe-se que o autor diminui o ímpeto de sua crítica justamente porque ele tem consciência de que no Brasil a rigor não existiam, tal como na Europa, aquelas instituições que impediam a livre circulação da propriedade da terra e a racionalização da produção agrícola, como era o caso do direito de primogenitura e do morgadio.

Consciente, portanto, deste fato, Cairu deixa subentendido que seria um despropósito insistir numa discussão que procurasse relacionar os embaraços que se antepunham ao desenvolvimento da **Ativa Indústria** brasileira a estas instituições feudais.

Em contrapartida, Cairu vai gastar suas energias para combater aquilo que chama de **partilha excessiva de glebas**. Como percebe-se em várias passagens de sua vasta obra, aqui ele se contrapõe ao projeto jacobino de redistribuição da propriedade da terra para o maior número possível de pequenos proprietários.

E um dos principais argumentos usados por Cairu para sustentar tal oposição à **partilha** da terra é que ela não somente faria surgir uma massa de pequenos proprietários extremamente pobres e grosseiros mas também provocaria a extinção de **inumeráveis sortes de indústrias úteis** que só podiam ser exercidas **nas Vilas e Cidades**. Em outras palavras, Cairu era contra a **partilha excessiva de glebas** porque ela provocaria uma ruralização da vida e um retorno dos homens aos hábitos de vida grosseiros (Cairu, 1975:366).

Já no que se refere à questão da escravidão, a postura de Cairu é mais curiosa ainda. É mais curiosa porque seu discurso é um misto de ataques contundentes e afirmações abrandadas e conciliatórias em relação ao trabalho escravo.

No tratamento desta questão, Cairu demonstra, na verdade, que está se movendo dentro de uma grande contradição teórico-política.

De um lado, por uma questão de fidelidade teórica aos postulados da economia política, ele não doura as palavras para apontar a escravidão como um dos sérios obstáculos ao desenvolvimento da **Ativa Indústria** no Brasil. Isto se comprova, igualmente, em várias passagens de sua obra.

De outro lado, porém, ele adota duas atitudes, uma política e outra teórica, que não deixam de contrastar com aquela sua visão doutrinária negativa a respeito da escravidão.

No terreno político, depois de reconhecer publicamente a impossibilidade prática da adoção imediata do trabalho livre sem se correr o risco da desorganização política e produtiva do país, Cairu procura conciliar com a escravidão.

Esta conciliação se revela com toda transparência quando Cairu propõe um plano de **mitigação do cativo**. Mas ele não deixa dúvidas de que esta é uma conciliação passageira imposta pelas próprias condições históricas concretas do Brasil naquele momento. A abolição total e definitiva da escravidão continua a ser uma meta a ser atingida num futuro próximo (Cairu, 1818).

No terreno teórico Cairu demonstra que não dogmatiza a tese da economia política que associa escravidão com impossibilidade do desenvolvimento da indústria. Isto se comprova nos momentos em que ele diz explicitamente que as Fábricas que mais convém ao Brasil no início do século passado são aquelas associadas à **Agricultura, Comércio, Navegação e Artes da geral acomodação do povo** (Cairu, 1810:14).

Ao dizer isto, Cairu estava reconhecendo três coisas importantes.

A primeira, é que a categoria **indústria** não deveria ser aplicada apenas aos trabalhos da indústria urbana, mas sim para **expressar o trabalho empregado em quaisquer ramos da Agricultura, Artes, Comércio, Navegação, etc.**⁴

A segunda, é que era perfeitamente possível estabelecer indústrias mais grosseiras no Brasil no início do século passado, apesar mesmo da escravidão.

A terceira, é que o principal critério para decidir sobre o fomento de um determinado ramo da produção deve ser o grau de **conveniência** deste ramo produtivo para a sociedade. Ou seja, deve ser o **maior proveito ou lucro econômico** que tal ramo produtivo pode propiciar à sociedade em comparação a outro ramo qualquer.

Frente, portanto, a tudo o que foi exposto, é possível concluir que a respeito das questões brasileiras, Cairu mantém, em termos essenciais,

(4) Na verdade, o termo **Indústria** deve ser aplicável a toda espécie de útil emprego de braços e capitais; e com razão se diz **indústria rural, mineira, fabril, mercantil, náutica, etc.**, para expressar o trabalho empregado em quaisquer ramos da Agricultura, Artes, Comércio, Navegação... (Cairu, 1975: 269).

aquela sua postura burguesa progressista. Ou seja, conclui-se que ele não deixa de, a partir de uma inspiração realista e não dogmática nos postulados da economia política ortodoxa, se colocar na perspectiva do crescimento da riqueza e da consolidação da sociedade burguesa no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo II (**O Brasil Monárquico**), Volume Primeiro (**O Processo de Emancipação**). São Paulo: Difel, 1982.
- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Carta à Domingos Vandelli Descrevendo a Bahia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Vol. XIII, 1958.
- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Princípios de Economia Política**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.
- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Princípios de Direito Mercantil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1828.
- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Memória dos Benefícios Políticos de El-Rey Nosso Senhor Dom João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.
- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Observações Sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.
- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Observações Sobre o Comércio Franco no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808/9.
- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Estudos do Bem Comum**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Ensaio Econômico Sobre o Influxo da Inteligência Humana na Riqueza e Prosperidade das Nações in Estudos do Bem Comum** (apêndice). Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Leituras de Economia Política**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1827.
- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Discursos parlamentares in Diário da Assembléia Legislativa e Constituinte do Império do Brasil: 1823**. Brasília: Senado Federal, 1973.

- LISBOA (Visconde de Cairu), José da Silva. **Discursos parlamentares in Anais do Senado** (Sessões de 1829). Rio de Janeiro: Senado Federal, sem data.
- PEREIRA, José Flávio. **Cairu Revisitado: uma contribuição ao estudo do reformismo liberal**. São Paulo: USP, 1994. 335p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.
- ROCHA, Antônio Penalves. **O Nascimento da Economia Política no Brasil**. São Paulo: USP, 1989. Tese de Doutorado em História Econômica, F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**. São Paulo: Abril Cultural (Pensadores), 1978.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas**, dois volumes. São Paulo: Abril Cultural (Economistas), 1983.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. **História dos Fundadores do Império do Brasil**, volume 9. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.
- VALLE CABRAL, Alfredo. **Vida e escritos de José da Silva Lisboa**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1958.

RECORDAÇÕES DE UM MESTRE

Rejubila-se nossa publicação com dedicar algumas páginas à evocação de uma das figuras mais significativas da vida cultural de nosso país, nos domínios da sua especialidade, a Geografia. Francis Ruellan (1895-1975) viveu cerca de quinze anos em nosso país, vinculado a duas grandes instituições científicas: a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e o Conselho Nacional de Geografia. Criou, no Rio de Janeiro, verdadeira escola geográfica, que realizou importantes trabalhos de pesquisa nas mais diversas regiões do país, sempre sob a orientação do mestre. Um de seus trabalhos mais importantes foi o reconhecimento geográfico para a estabelecimento da atual capital do Brasil. O responsável por esta publicação, que teve o privilégio de conhecer Ruellan, com ele mantendo alguma convivência, crê sinceramente ter sido muito feliz solicitando os depoimentos de duas de suas dedicadas discípulas e colaboradoras, ambas “recordando o mestre” e avivando a sua memória. ONM.

FRANCIS RUELLAN, MEU ÍDOLO

Cybelle de IPANEMA

Para o título, muita coisa havia a ser dita, mas opto por ligeira recordação de um homem-marca, no que imprimiu em seus alunos da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, Curso de Geografia e História, desmembrados, há muito, os “dois senhores” - a que se não podia servir ao mesmo tempo - e integrada a Geografia ao Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na história da Universidade brasileira, sobreleva a experiência pioneira de Anísio Teixeira, criando a UDF, Universidade do Distrito Federal, em 1935, na capital do país, o Rio de Janeiro/Distrito Federal, Pedro Ernesto, o prefeito. Grandes luminares da cultura brasileira foram convocados, como Alceu de Amoroso Lima, ao lado (aí o pioneirismo) de expoentes europeus de vários ramos do saber. Na História, Henri Hauser, Victor Tapié, Albertini.

Tempos difíceis de esquerda/direita, e a Universidade, só lembrada como “gloriosa”, foi extinta e substituída, em 1939, pela Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, então aglutinando as unidades já existentes: Faculdade de Medicina, Escola Politécnica (Engenharia) e poucas mais.

A Filosofia preparava professores secundários, isto é, para o magistério de nível médio que, auto-didaticamente, se tornavam pesquisadores, cientistas, e se lançavam no ensino superior. Não estava estruturada uma pós-graduação. Abarcava, praticamente, o leque de conhecimentos humanos, com seus Cursos de Letras (Clássicas, Néo-latinas e Anglo-germânicas), Geografia e História, Ciências Sociais, Filosofia, Química, Física, História Natural, Matemática, Desenho, Pedagogia.

Em recente reunião no IHGB, Antônio Houaiss, da única turma caderneta de anotações em punho, e zelando pelo material que nos entregava: barômetro, régua eclímetro, alidade e outros, tudo sob recibo.

Ao lado da Faculdade, era, respeitadíssimo, o orientador científico das tertúlias do Conselho Nacional de Geografia, um órgão que nascia, junto com o Conselho Nacional de Estatística, constituindo o IBGE. É a fase áurea do CNG, de Cristóvão Leite de Castro e o início da **Revista Brasileira de Geografia** (1º n. em jan./1939), do **Boletim Geográfico**, onde saíam as resenhas das tertúlias, e a série de publicações seriadas.

O pessoal que se ia formando na Faculdade passou a constituir os quadros do Conselho. Era um nune tutelar daquela plêiade que foi fazer a Geografia do Brasil.

Aliada à extraordinária competência e conhecimento dos problemas atinentes, o que muito me impressionava era sua capacidade de trabalho e organização. Era fanático, ao paroxismo, da ação. Ninguém podia parar e, a alguma reclamação, tinha sempre pronto, “C’est mon système”.

Ensinou-me Geografia e método - onde mais o louvo.

Nas excursões, culote, botas, perneiras, por causa das cobras, embornal, saco para colher rochas, caderno de notas, material sob sua guarda. “Tout en bas, avec tous les materiels”. “En route!”

Assim que iniciei o ano letivo, veio a excursão à Ilha do Governador - 11 de junho de 1944, domingo. Achei pesadíssima, mas depois soube que fora a impressão geral. Saltamos na Ribeira, da barca da Cantareira, único transporte (a ponte se inauguraria em 31 de janeiro de 1949) e marchamos a pé, atravessando a Ilha até o Galeão, subindo e descendo

morros, estrada de barro, fechando na Base Aérea, onde descansamos no fim da tarde (o almoço fora em caminho, sanduíches etc), que nos forneceu um transporte marítimo ao continente. Deveríamos ir à Penha, o que já não deu, pela hora.

Essa excursão, de larga aprendizagem, embasou seu trabalho clássico - com opositores, diga-se, como o também notável Alberto Ribeiro Lamego -: "Evolução geomorfológica da baía de Guanabara e das regiões vizinhas" (RBG, a. VI, n. 4, out.-dez./1944, p. 445-508). Sua tese, o afogamento da foz dos rios tributários da baía, uma concluinte pela Universidade do Distrito Federal, lembrou o que chamou de "batalha campal", travada pelos alunos, quando Gustavo Capanema resolveu "matar a UDF e criar a Faculdade Nacional de Filosofia".

Ao ingressar, em 1944, na FNFi, encontrei remanescentes da "Missão Francesa", tal o professor Antoine Bon, da Universidade de Montpellier, conservador do Museu de Atenas, responsável pela disciplina História Antiga.

Na Geografia, topamos com Francis Ruellan, chegado durante a guerra, em 1942, que contava em seu currículo ter sido assistente (ou paralelo) de Emmanuel de Martonne, o papa da Geomorfologia, e a tese sobre o Kwan-sai, uma província japonesa. Pelo volume, classificávamo-la, irreverentemente, de "tijolo".

As aulas eram na língua original e a Ruellan ficaram afetas Geografia Física e Geografia do Brasil. Cheguei a fazer pequena proeza. Ele falava muito depressa e eu conhecia taquigrafia. Tinha que, rápido, promover a conversão para português, a fim de lançar os caracteres no papel. Aliás, na Expedição de 47, citada adiante, ele ficava preocupado que eu logo traduzisse os rabiscos, pois ninguém poderia lê-los.

Essa transição brusca do ginásio/científico (eu fizera "normal", no Instituto de Educação, **heuresement**, curso de alto nível), para aulas em francês, obrigou-nos a estudos particulares da língua.

Ruellan era da Bretanha, segundo se dizia, de um francês mais arranhado, não fácil. Radicou-se com a família, madame Ruellan (Anette) e três filhos, entrosada ela e um deles, em nossas excursões.

Nunca dominou o português (ela, sim) e falava, quando fosse o caso, um enrolado com que nos acostumamos - Fulana era "uma meninã de muito bom vontade", por exemplo.

Trouxe a inovação da Geografia de campo, daí, as excursões periódicas de que nos encarregava, desde a contratação de ônibus ou

caminhões, às responsabilidades científicas em cada equipe. Eram as **secrétaires** das excursões. Sempre trabalhou com equipes de Geomorfologia, Biogeografia e Geografia Humana. Habitou-nos aos relatórios, fotos, permanentemente pela elevação do nível do mar, o que conferiria à Guanabara uma característica de “ria”.

Seu renome deu-lhe a chefia de uma das Expedições Geográficas (foram duas) da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, ordenada pelo presidente Dutra, em cumprimento ao artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 1946, e confiada ao gen. Djalma Polli Coelho.

Fui a secretária científica da Expedição, desenvolvida no Planalto Central, do Triângulo Mineiro à Chapada dos Veadeiros, no centro de Goiás, entre 27 de junho e 3 de setembro de 1947.

A **Notícia Bibliográfica e Histórica** (a. XXV, n. 152, out.-dez./1993, p. 289-292) publicou resumo desse extraordinário trabalho, pioneiro e desgastante, nas piores condições conjunturais e onde se pôs à prova a capacidade de organização e liderança de Francis Ruellan, consciente de que contribuía com a ciência para o encaminhamento de uma fundamental questão geopolítica do país.

Eu era Cybelle Bouyer (neta de francês) e isso, talvez, nos conferisse maior afinidade. Fui sua Auxiliar de Ensino, na Faculdade de Filosofia, e secretária, no Conselho Nacional de Geografia.

Na preocupação de aperfeiçoar seus alunos, conseguia-lhes Bolsas de Estudo para a França. Empenhava-se com o Adido Cultural, mme. Gabrielle Mineur, para a obtenção. Enviou muitos. Minha vez foi (seria), em 1949. Quase tudo formalizado, não quis trocar os preparativos de um casamento por uma estadia de um ano, na Sorbonne, longe, porém de Marcello de Ipanema.

As gerações modernas, se não usam a Geografia de campo, ignoram-no e se o fazem, ignoram o seu pioneirismo, a audácia de um homem que revolucionou os estudos geográficos no Brasil.

O último livro que publiquei, **Indicador da Ilha do Governador - I** (1993), que estava em provas quando se foi Marcello de Ipanema, era dedicado a Francis Ruellan (aos 18 anos de sua morte). Ao sair o livro, antecedi esta dedicatória de outra, a quem foi a minha alma.

Ruellan faleceu, diretor da Usine Marémotrice da França, em 1975, no início de outubro. Chegou a completar 80 anos. O Conselho

Nacional de Geografia mandou celebrar missa, na Igreja de N. S. do Bonsucesso, na Pça. Quinze. Nascera em 30 de setembro de 1895 e acaba de passar o seu centenário. Que fiquem essas notas, com as de Mirian, como pequeno preito que consagramas à sua memória e para exemplo de novos trabalhadores da Geografia, de novos desbravadores de Brasil.

MEU PRIMEIRO MESTRE: Professor FRANCIS RUELLAN

Miridan Britto FALCI

Conheci o Prof. Francis Ruellan no Curso de especialização em geomorfologia., na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, onde fazia meu curso de História e Geografia. Corria o ano de 1954.

E tenho a grata recordação de ter trabalhado com ele por dois anos e ser a última aluna a fazê-lo antes de sua volta definitiva para a França, em 1956.

Ruellan designava uma aluna para ser sua secretária. Ela deveria anotar o que dizia, e escrever à máquina posteriormente o resumo da aula e tirar cópias no estêncil.

Com Ruellan aprendi todo o trabalho de uma secretária. Além das anotações e de ter aprendido a bater a máquina para fazer o seu trabalho, aprendi a dar telefonemas, (fale sempre com o chefe, dizia), ir ao correio para postar cartas e telegramas, organizar um fichário, etc. Além, é claro, dos trabalhos exclusivamente geográficos, como lavar areias, fazer os perfis e caminhamentos, etc.

Dava suas aulas falando bem devagar, em francês, dando alguns passos pela sala, ou lendo as anotações que trazia em folhas amarelas, ou ainda fazendo lindos desenhos de relevo geográfico ao quadro negro. Trajando uma camisa branca bem engomada mas sem gravata, o que não era usual dos professores da época, aparentava sempre uma fisionomia saudável, corada, de pessoa que gostava de apanhar sol. Não permitia que alunos conversassem ou fumassem e quando algum o queria fazer, ele chamava, carinhosamente, a atenção. Nunca chegou atrasado e nem permitiu que alunos entrassem atrasados após 5 minutos do início da

aula, em sua sala. Nunca, também, terminou suas aulas antes das duas horas para elas destinada.

Explicou-nos a evolução geomorfológica de várias formas de relevo assinalando os exemplares que possuímos no Brasil, como o relevo glacial de Itatiaia, com suas “morainas” (as grandes pedras trazidas pelas geleiras), a peneplanização (do planalto central) ou a formação da “ria de janeiro”, etc. Eram coisas novas, que nunca ouvíramos falar, ou ler. As aulas dadas em francês, eu as anotava em português, passando a limpo e pedindo-lhe para corrigir. Depois, no velho estêncil a álcool, tirava as cópias para os colegas.

Contratado pela Universidade do Brasil e pelo Conselho Nacional de Geografia, Ruellan estava há muito no Brasil tendo feito várias expedições geomorfológica descobrindo o nosso relevo, opinando sobre a localização e importância de muitos sítios, dando sugestões sobre a utilização de outros, etc.

Ruellan era extremamente disciplinado, tinha enorme capacidade de trabalho e fazia do grupo que orientava um verdadeiro grupo de trabalho. Mas se era exigentíssimo por um lado, sabia compensar a sua exigência. Todos os alunos que trabalharam com ele levou-os para realizar curso de especialização na França na Bretanha, onde dirigia um centro de pesquisas marinhas, em Dinard.

Em 1954 fez a primeira expedição geomorfológica no antigo Território Rio Branco, anual Roraima, expedição planejada em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia dirigido por Artur César Ferreira Reis.

Nessa primeira expedição, além dos funcionários do C. N. G. e do INPA, participaram Ella Grinsztein, Maria Anita Carvalho, Gelson Rangel de Lima, como geógrafos - alunos da F.N.Fi. Foram selecionados não só pela idade, mas porque eram formandos em geografia e gostavam de trabalho de campo. Não fui selecionada ainda nesse ano pois, à época, não completara ainda os 18 anos. Mas no ano seguinte fui selecionada como secretária científica, que ele carinhosamente chamava de **secrétaire de misère** e parti com o grupo de direção e Ruellan para o Território do Rio Branco.

Partimos para Manaus no dia 27 de outubro de 195., o prof. Ruellan, o professor Heldio Lenz César, cartógrafo, Gelson Rangel de Lima, geógrafo já formado, a secretária francesa Yvone Beigbedder, os colegas da Faculdade, Fernando Moretzohn de Andrade e Nelly de Mendonça Furtado.

Lá encontramos com os outros membros do grande grupo da expedição e iniciamos a expedição partindo em avião da FAB para Surumu.

Ruellan organizara a expedição como aprendera na Grande Guerra: pequenas equipes de trabalho, com tarefas pré-determinadas. Cada grupo ficava encarregado de caminhar num trecho mas, em certa ocasião, o grupo 1 se encontraria na fazenda Solidão com o grupo 2; este se encontraria com o grupo quatro na fazenda Esteves e assim, todos os grupos, se entre cruzariam e cobririam a região banhada pelo Cotingo, habitada pelos ianomamis e fronteira à Venezuela. Havia fotógrafos do Conselho Nacional de Geografia, encarregados do levantamento topográfico, do levantamento de espécies animais e botânica, do Museu Goeldi e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, encarregados dos caminhamentos, encarregados da coleta das amostras em pedra ou areias.

Andávamos a cavalo durante todo o dia parando entre 11 e 13 hs. para o almoço, composto de carne de sol, farinha, latas de embutidos abertas, goiabada, bolachas, e água fresca de um riacho ao lado. Por volta das 17 horas acampávamos em uma fazenda, do lado de fora. Lavávamos a roupa no riacho, fazíamos o lanche da noite: nescau, torradas com goiabada, novamente salsichas enlatadas, etc. No dia seguinte, acordávamos às 5 horas e às 7. estávamos "en route". Um mês de viagem. De volta, o preparo do relatório que durava um ano inteiro, pelas análises do material feito no Departamento de Produção Mineral, pelos perfis, pela parte escrita ditada por Ruellan, pela tradução do texto para o português.

Em dezembro de 1955 Ruellan pediu a Artur César Ferreira Reis a minha admissão ao Instituto de Pesquisas da Amazônia como auxiliar de laboratório, meu primeiro emprego, e onde fiquei 5 anos até me demitir.

Trabalhei com o mesmo durante todo 1956 e guardo, com saudades, o dia em que partiu.

Formou um enorme grupo de geógrafos no Brasil.

A ele, nesse ano do centenário de seu nascimento, dedico estas palavras de agradecimento, onde estiver, pelo que me ensinou de secretária, de trabalho de campo, pelo desenvolvimento em mim do espírito de pesquisa e método

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

UM IDEALISTA REALIZADOR* (Barão Geraldo de Rezende)

Affonso de E. TAUNAY

A 17 de abril de 1947 um século haverá que, na cidade do Rio de Janeiro, veio ao mundo alguém que, em não longa existência, de pouco mais de sessenta anos sobremodo enobrecer a nossa Pátria a que prestou elevados serviços de ordem cívica e cultural. Era ele Geraldo Ribeiro de Souza Rezende, Barão Geraldo de Rezende. Provinha de um dos mais prestigiosos lares do país, último filho de um dos mais destacados próceres da Independência nacional, o Marquês de Valença.

Magistrado em Portugal e no Brasil, Intendente dos Diamantes, Intendente Geral da Polícia, Desembargador da Casa da Suplicação, Ministro itinerante de D. Pedro I durante a famosa viagem de pacificação a Minas Gerais, em 1822, deputado à Constituinte, ministro do Império da Marinha, no Primeiro Reinado, senador do Império por Minas Gerais, sua província natal, Conselheiro de Estado, dignitário do Cruzeiro e de Cristo, representou, em longa carreira na judicatura e no Parlamento, papel dos mais salientes. Mostrou-se, invariavelmente, um dos mais valiosos representantes dessa dignidade parlamentar que durante decênios assegurou ao Brasil imperial tão brilhantes dias.

Propulsor esclarecido do progresso do país, figura-lhe o nome, ainda, entre os dos grandes pioneiros da cultura cafeeira intensiva e das nossas mais antigas iniciativas em favor da colonização européia em sua grande fazenda "das Coroas", em Valença, uma das maiores do Brasil de 1850.

(*) Publicado no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 13 de abril de 1947.

Por sua mãe, D^a Ilídia M. de Souza Queiroz, prendia-se o Barão Geraldo de Rezende a um tronco tradicional dos mais antigos e celebrados das linhagens de São Paulo, os Pais de Barros a que se aliara o Brigadeiro Luís Antônio de Souza Queiroz (1760-1819), português que, ao falecer, era um dos mais opulentos súditos de Dom João VI.

Contava o Barão Geraldo de Rezende apenas nove anos de idade, ao morrer o Marques de Valença. Foi-lhe a educação dirigida pela Marquesa, que, ao marido, sobreviveu mais de vinte anos.

Fez com que o filho estudasse com os melhores mestres e então existentes no Rio de Janeiro e levou-o depois à Europa a fim de que se aperfeiçoasse nas principais línguas estrangeiras, de lá voltando perfeitamente senhor do francês e do inglês. Como por motivo de saúde de uma de suas filhas precisasse a Marquesa de Valença deter-se na Europa, resolveu que o filho fosse estudar em Coimbra. Assim, em 1864 vemo-lo na cidade do Mondego preparando-se para cursar a Universidade do Rei Lavrador.

Mas a morte de duas de suas irmãs em França fez com que, a chamado da mãe, deixasse Portugal a fim de voltar ao Brasil, onde ficou entregue aos cuidados de seu irmão Estevão, já então formado em Direito pela Faculdade de São Paulo. Tendo concluído os preparatórios, matriculou-se o jovem estudante no curso jurídico, cujas aulas frequentou durante três séries, mas a contragosto, pois desde menino irresistível vocação o arrastava para o campo da agronomia e da agricultura.

Era destes fanáticos do café, “a mais linda de todas as lavouras” e seus primeiros olhares conscientes, ao despertar da vida, se haviam fixado no cafezal. Pertencia a uma família de grandes cafezistas, dos maiores do Império, e que contava, além dos pais, numerosos tios e primos, senhores de grandes lavouras.

Assim os seus tios maternos Barões de Souza Queiroz e de Limeira, de Itu e de Piracicaba, o tio e cunhado Comendador Souza Barros, o primo afim, Conselheiro Barbosa de Oliveira, o irmão Luíz de Rezende, e ainda diversos primos. Fora seu avô Brigadeiro Luís Antônio de Souza, o maior fazendeiro de São Paulo, espantando-se Luís de Alincourt em 1819, da extensão de suas enormes lavouras de Campinas e do grande número de suas propriedades agrícolas.

Assim a Marqueza de Valença obtemperando ao ardentíssimo desejo do filho, cedeu-lhe a fazenda avoenga de Santa Genebra, no município

de Campinas. Ali exerceria Geraldo de Rezende durante trinta e sete anos, ate o dia de sua morte, em sua própria casa-grande, ininterrupta e fadigosa atividade de que lhe resultaria a justa reputação de um dos mais notáveis líderes da lavoura cafeeira no Brasil, agricultor emérito, apontado como um dos paradigmas de perfeito lavrador de café.

Existe sobre o benemérito brasileiro, de quem estamos esboçando despretensioso e sumário perfil e a obra que soube realizar, o mais valioso guia, uma das mais completas biografias jamais escritas em nosso país: **Um idealista realizador**, da lavra da Exma. Sra. D. Amélia de Rezende Martins. Livro interessantíssimo e, por assim dizer, obra ímpar em nossa bibliografia nacional, tão falha ainda, de depoimentos abundantes sobre a vida e os costumes de antanho, sobretudo os que se referem à intimidade familiar. Referta de documentação, tão copiosa quanto variada, proporciona ao estudioso, além do conhecimento dos pormenores da existência do biografado, esplêndido campo de observação a quem queira surpreender os aspectos sociais da vida de outrora, além de encerrar abundante manancial informativo de ordem política.

Antiga fazenda de cana, maltratada com uma casa-grande muito velha, de pau-a-pique ressurgiria Santa Genebra, dentro em pouco, transformando-se em verdadeira propriedade modelar para os cafeicultores, com as benfeitorias magnificamente renovadas e acrescidas. À sede reconstruída não tardaria que envolvessem lindos jardins e esplêndido vergel.

Disposto a fazer de sua propriedade verdadeiro campo experimental lançou-se o jovem fazendeiro, de corpo e alma, a insano trabalho. E, testemunho tocante revelado por sua biógrafa, não duvidou, nos primeiros dias, em recorrer à experiência de competente e humilde guia, simples escravo, encanecido no eito do cafezal, o Antoninho, sabedor, como raros, das melhores práticas da cafeicultura de seu tempo e das lavouras conexas à do café. Foi o inteligente e experimentado servo quem ao seu senhor muito desvendou das boas práticas do amanho do cafezal e das roças. E assim encetou o moço fidalgo da Casa Imperial e elegante **boulevardier** parisiense a vida de lavrador a que imprimiria inquebrantável tenacidade até converter-se no agricultor que com justificado desvanecimento poderia aplicar-se à inteireza do conceito terenciano do **Homo sum**...

Insaciável amanhador da terra, apaixonado de tudo quanto ao quadro de sua propriedade traria o realce da beleza e da variedade, desde os

primeiros dias praticou intensamente as normas de uma arboricultura tão profusa quanto adequada. Enquadrou as estradas da sua grande propriedade numa moldura dos mais magníficos aspectos que com o correr dos anos chegou a apresentar majestosos conjuntos.

Vivendo a menos de légua de Campinas, era natural que o jovem fazendeiro tomasse parte ativa na vida municipal da Princesa do Oeste paulista. Membro do Partido Conservador, não tardaria em compartilhar das lutas políticas locais da cidade que dia a dia notavelmente crescia graças ao incremento da lavoura cafeeira vicejando prodigiosamente num dos mais férteis solos do Brasil, célebre pela presença do seu famoso massapé.

A chegada a ela dos trilhos da Companhia Paulista, em 1872, trouxe-lhe notável surto de progresso. Três anos mais tarde transformava-se a Princesa do Oeste em novo centro vibratório do desenvolvimento da rede ferroviária nacional com a fundação da Companhia Mogiana. Viria Dom Pedro II inaugurar o primeiro trecho do tronco da futura grande via de penetração que rumava para o interior paulista e para o Triângulo Mineiro. Aprimorava-se notavelmente o aparelhamento civilizado da cidade de Carlos Gomes e parte ativa tomava o Senhor de Santa Genebra no estado de cultura que nela se acentuava.

Em 1876 casava-se o Comendador de Cristo (desde 1870) Geraldo de Rezende com sua prima, em segundo grau, D. Maria Amélia Barbosa de Oliveira, filha do Desembargador Albino José Barbosa de Oliveira, de família baiana e de D. Isabel A. de Souza Queiroz. Bacharel formado e Coimbra e magistrado durante toda a existência, fora o Conselheiro Albino juiz de fora e juiz de direito em São João del Rei, Cachoeira, Nazaré e já e 1842, aos trinta três anos de idade Desembargador da Relação do Pará. Em 1846 passava para o Rio de Janeiro, tendo sido em 1864 nomeado para a mais alta corte do Império, o Supremo Tribunal de Justiça. Deixou interessantíssimas **Memórias**, há pouco eruditamente anotadas e publicadas por seu bisneto, Américo Jacobina Lacombe o brilhante diretor da Casa de Rui Barbosa.¹

Já na época dos esponsais de seu dono gozava Santa Genebra a fama de fazenda verdadeiramente modelar. Cada vez a ela mais radicado, com as veras do atavismo de sua gente fazendeira, não decorria milésimo que

(1) Refere-se Taunay ao livro **Memórias de um magistrado do Império**, volume 231 da Coleção "Brasília", da Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1943. Américo Jacobina Lacombe, então diretor da Casa de Rui Barbosa, faleceu em 1993.

o Comendador Rezende deixasse de introduzir algum melhoramento de vulto em suas benfeitorias e lavouras e procurasse aperfeiçoar os processos de suas culturas. O melhor maquinário Lidgerwood e Mac Hardy beneficiava-lhe o café. Cresciam os terreiros ladrilhados, as tulhas, as tendas, a serraria, estrebarias e mangueiras. Viriam-lhe lavouras gratas ao número e capricho das carpas. Ao lado do velho Visconde de Indaiatuba, líder da lavoura campineira e um dos líderes da colonização européia nos cafezais paulistas, destacara-se o jovem proprietário de Santa Genebra.

Por volta de 1878 transpuzera a reputação da fazenda os limites de São Paulo. Era ela visitada pelo diplomata francês Conde de Turenne que a Campinas fora conhecer a famosa **Sete Quedas**; do Visconde de Indaiatuba, dirigindo-se depois à propriedade de Geraldo de Rezende. Era este então, os diretores do Clube da Lavoura de Campinas. Muito se empenhou em que a cafeicultura campineira se fizesse representar no pavilhão brasileiro da Exposição Nacional de Paris, o que se realizou com extraordinário êxito. Quarenta e sete fazendas campineiras expuseram seus cafés, magnificamente trabalhados, cujo aspecto causou verdadeira admiração nas rodas cafezistas. Coube ao Comendador Rezende notável parte neste triunfo. Por intermédio do seu parente Visconde Rodrigues de Oliveira, grande comissário, conseguiu interessar no caso o acatadíssimo presidente da Câmara de Comércio do Havre, personalidade que alguns anos mais tarde alcançaria o maior destaque: um presidente da República Francesa, Félix Faure.

Percebendo quanto o braço livre rendia mais que o escravo, integrou-se o Comendador Rezende no grande movimento imigracionista de São Paulo. Ao lado de sua escravatura, aliás, por ele e a esposa tratada com verdadeiro desvelo, entregou a numerosas famílias italianas grande parte dos seis talhões. E verificando que entre estes colonos havia numerosos iletrados, tratou algo de os fazer alfabetizar, fundando uma escola noturna para os adultos e diurna para as crianças.

Tendo fundado o mais feliz dos lares vivia o grande fazendeiro entregue ao diuturno labor do cultivo de seus cafezais e ao enlevo das alegrias familiares. Não tardaria, porém, que de perto se envolvesse nas lutas partidárias do município, da província e do país. Conservador zeloso e monarquista convicto se pôs ao servo do seu partido na luta contra os poderosos elementos republicanos de Campinas, o maior foco do republicanismo não só paulista como nacional.

Ardoroso batalhador, começou por pleitear e alcançar um lugar de vereador à Câmara Municipal local, mas como homem do mais perfeito

fair play - tal a correção e fidalguia das atitudes, que jamais se desaveio com os adversários, a quem, com todas as forças combatia, fossem eles liberais ou republicanos. Entre estes últimos contava grandes e ilustres amigos como Campos Sales e Glicério. Jamais se estremeceram estas relações, pois, como relata a sua biógrafa, “não dava importância às pirraças políticas e não tinha inimigos fora das lutas partidárias e das ocasiões da pejeja”.

Acha-se o seu arquivo pejado de documentos de toda a espécie, provindos de adversários políticos. Entre estes contava, como tão grande quanto devotado amigo, a Campos Sales, de quem numerosas cartas se reproduzem no livro de D. Amélia de Rezende Martins, a confirmar esta asserção. Tal amizade, alicerçada em grande e recíproco respeito, nunca arrefeceu. Morto o **landlord** de Santa Genebra, ao encontrar-se o presidente da República de 1898 a 1902 com as filhas de seu amigo viram elas encherem-se-lhe os olhos de lágrimas.

De 1883 a 1886 serviu Geraldo de Rezende à sua municipalidade com o zelo que punha em quanto emprendia. E a eficiência desta atuação deixou-a bem frisada Leopoldo Amaral, o abalizado historiógrafo da grande cidade paulista, em seus anais. Quanta iniciativa progressista houve, encontrou-o cheio do ardor a defendê-la. Assim, por exemplo, quanto à instalação do serviço de águas e esgotos, à intensiva arborização urbana, etc. Podia a política apaixoná-lo, mas não lhe diminuía o carinho que mereciam as suas terras. Constante a sua preocupação pela melhoria dos métodos de cafeicultura.

Era o que desde 1879, verificara uma das mais altas inteligências que o Brasil conseguiu atrair, a de Louis Couty, homem desaparecido aos trinta anos de idade, deixando o mais profundo sulco do talento que o animava. Quer no lúcido relatório sobre as condições da lavoura paulista, em 1879, quer no famoso estudo de 1882: **Essai de biologie industrielle sur le café**, surgem numerosas vezes os nomes de Geraldo de Rezende e de Santa Genebra, constantemente louvados.

Falando dos homens de prol da lavoura paulista, de cuja atuação tanto havia que esperar, em benefício da substituição do trabalho servil pelo labor livre, em terras de São Paulo, e o aperfeiçoamento da ciência agrônômica aplicada ao cafezal, escrevia o ilustre discípulo do grande Vulpian, a quem a sorte cruel cortou o fio da vida para o impedir de igualar a seu mestre: "Exceção feita de uma única província, a de São Paulo onde os grandes proprietários territoriais demonstram grande espírito de iniciativa e progresso,

que é que alhures já se fez? Nada ou quase nada! Melhor do que nós sabem aquilo que fazem os Antônio Prado, Indaiatuba, Geraldo de Rezende, Queiroz Teles e todos esses pioneiros da colonização paulista”

Três anos mais tarde, em 1882, referia-se Couty entusiasticamente à atuação do Clube da Lavoura de Campinas que levou à Exposição Universal de Paris as amostras magníficas de seus cafés apurados. E referindo-se a seus próceres individuais: “A homens já velhos tão prestantes como Souza Queiroz e Indaiatuba que, em 1850, e no meio da geral indiferença, encetaram as duas reformas do aparelhamento e do povoamento agrícolas, instalando, em suas fazendas, engenhos e colonos, o Clube de Campinas congregou elementos novos como Geraldo de Rezende, Queiroz Teles, Tibiriçá (João Tibiriçá Piratininga) e os Lacerda que encabeçaram o admirável desenvolvimento da sua província”.

Foi esta ânsia pela renovação e o progresso que dominou a Geraldo de Rezende, procurando dotar a sua fazenda do maquinário mais recente e aperfeiçoado. Assim, em 1884, instalava em Santa Genebra um aparelho que acabavam de inventar no Rio de Janeiro dois jovens engenheiros brasileiros: o **secador Taunay-Teles**, de autoria dos Drs. Luís Gofredo de E. Taunay e Augusto C. da Silva Teles.

Desta máquina diria, alguns anos mais tarde, o ilustre agrônomo Daffert, que ao seu entender era, com o secador de Augusto Ramos, a melhor de quanto viera a ter conhecimento, num exame que abrangera várias dezenas dos mais acreditados secadores de café do mundo.

Com a mais fidalga festa - concorrida por muitas das mais destacadas personalidades da lavoura cafeeira paulista - celebrou o grande fazendeiro a inauguração da máquina dos inventores que de Santa Genebra saíram a ele, e aos seus, presos pelos laços de uma amizade a que só a morte viria pôr término.

Proseguindo da indefesa labuta não tardou que o Comendador Rezende desse novas demonstrações de sua ânsia pelo progresso e o aperfeiçoamento da grande cultura que o apaixonava. Em fins de 1885 a Exposição Regional de Campinas proporcionou-lhe o ensejo de novos e grandes triunfos, ao concorrer ao certame com grande número de lotes de café primorosamente beneficiados, além de muitas mudas virantas de numerosas espécies e variedades do gênero **Coffea**. No consenso unânime coube-lhe o primeiro lugar como expositor de café, não se limitando contudo a esta vantagem, pois também figurou, e com o maior destaque, em matéria

de produção sacarífera, cerealífera, etc. Assim, não houve quem dissentisse da opinião do juri ao lhe conferir o excepcional **Grande Diploma de Honra**.

Novos triunfos iriam, dentro em breve, caber-lhe na Exposição das Três Américas, em Nova Orleães e na Exposição Sul-Americana de Berlim, ambas em 1886, onde os seus cafés alcançaram várias medalhas de ouro.

Posição de grande destaque alcançava Geraldo de Rezende no seio do seu Partido Conservador. Assim já em fins de 1885 estivera o seu nome muito em evidência como possível candidato à Câmara dos Deputados, pelo sétimo distrito de São Paulo. Falecendo o segundo Martim Francisco, em princípios de 1886, resolveram os chefes conservadores apresentá-lo à vaga do ilustre Andrada. Nos comícios de 14 de julho de 1886 alcançou notável vitória obtida em primeiro escrutínio com 941 votos num total de 1841 eleitores. Derrotou a um amigo ilustre, Campos Sales. A 11 de agosto seguinte empossava-se da cadeira que iria ocupar durante toda a vigésima legislatura.

No Parlamento tomou o novo representante de São Paulo ativa parte nos debates referentes a questões de interesse prático, como a discussão dos orçamentos da Agricultura, os projetos relativos à colonização européia, a dispensa dos direitos de importação de maquinário agrícola e ferroviário, organização de serviços de navegação, assuntos relativos à Companhia Mogiana, etc.

Ainda em 1886 acompanhou a Dom Pedro II e à Imperatriz durante parte da viagem que os monarcas fizeram pela província de São Paulo.

Coube-lhe figurar entre os 88 membros da Câmara Temporária que a 9 de maio de 1888 aprovaram o projeto extintor da escravidão no Brasil.

A 19 de janeiro de 1889, viu-se o fiel partidário agraciado com o título de Barão de Iporanga. Mas, como não lhe agradasse o nome, pediu e obteve a 19 de junho seguinte, que o título fosse mudado para o de Barão Geraldo de Rezende. Já diversos de seus irmãos haviam recebido igual distinção: Pedro, o de Barão de Valença; Estevão, o de Barão de Rezende e seu meio irmão Estevão o de Barão de Lorena.

No verão de 1889 irrompeu terrível surto de febre amarela em Santos e em Campinas. Às duas cidades, terrivelmente flageladas, visitou o Conde d'Eu e o Barão de Iporanga o acompanhou fielmente na peregrinação

pelos hospitais campineiros. Debelada a epidemia, voltou ao Rio de Janeiro para os trabalhos legislativos, cassados com os acontecimentos de junho de 1889 e queda da situação conservadora e a organização do gabinete presidido pelo Visconde de Ouro Preto. Dissolvida a Câmara, a 17 de junho, e convocada nova para 20 de novembro, imediato voltou o Barão Geraldo de Rezende a Campinas a fim de preparar as eleições para a 21ª legislatura. Verificando que a subdivisão de esforços daria como resultado o triunfo do candidato republicano, Campos Sales, nobremente abriu mão de suas pretensões à reeleição, pedindo ao seu eleitorado votasse no candidato liberal, Dr. Silveira Cintra, que foi o eleito em virtude da coligação monárquica.

Com o 15 de novembro encerrou-se a carreira política do Barão Geraldo de Rezende. Irredutivelmente fiel às instituições derribadas, mantendo relações com a Família Imperial, outra coisa não se podia esperar de um homem de seu caráter e passado.

Pouco antes da queda do Império vira, na Exposição Universal de Paris, em 1889, os seus cafés receberem os mais altos prêmios.

Concentrou-se o antigo político e parlamentar no aperfeiçoamento de seu cafezal e dos seus cafés, distraíndo-se com o embelezamento de sua cada vez mais linda propriedade. Esposo e pai inexcelsivelmente carinhoso, vivia numa atmosfera de afeto como a poucos humanos foi dado poder fruir. Em 1902 terrível abalo lhe trouxe a perda da esposa. Refugiou-se na consolação do trabalho intenso.

Continuava, à margem da política, a cuidar de questões de agricultura e colonização, colaborando freqüentemente com os cientistas do Instituto Agrônomo de Campinas, a que tanto deve o país. Aos passos, vinha o Barão Geraldo acompanhando, sobretudo quanto à agronomia do café, isto desde a sua fundação. Ligou-se muito a agrônomos ilustres como Daffert e Draenert.

Como diretor da Companhia Sul-Brasileira foi, com seu genro, o reputado clínico e apaixonado cafeicultor, Dr. João de Assis Lopes Martins, um dos organizadores do Núcleo Colonial Campos Sales, inaugurado em 1909. Nele se localizaram centenas de famílias de colonos europeus que ali prosperaram notavelmente. Mas, de 1898 em diante, de ano para ano decorreu uma série de milésimos em que, cada vez mais penosas, tornavam-se as condições financeiras dos lavradores de café.

Produzia a plenitude dos nefastos efeitos a dupla inflação do papel moeda fruto do Encilhamento, decretado a 17 de janeiro de 1890 e do

plântio excessivo da rubiácea, decorrente das exigências do consumo e facilitado pelo alargamento inconsiderado do crédito oriundo da derrama pródiga do numerário aviltado. Atingiu a crise, sobretudo, os fazendeiros dos municípios velhos. Nas imediações de 1902 nem os que dispunham de terras novas, com produções abortivas, estavam em condições de alcançarem saldo do produto de suas lavouras. Verificou-se a justeza de um aforisma muito conhecido em São Paulo e atribuído a Martinho Prado Júnior: “café dá casaca, mas, também, às vezes, tira a camisa”.

Foi o Barão Geraldo de Rezende, como aliás, milhares de fazendeiros, colhido pela baixa dos preços e sobremodo prejudicado. Mas, nem por isso perdeu a serenidade e a confiança no café. Lutou heroicamente contra a terrível depressão dos preços da arroba, procurando estabelecer novas fontes de renda, em suas terras. Assim, em 1903, tentou o cultivo da aramina, a nova planta têxtil a cuja fibra acabavam de dar extraordinário relevo as magníficas experiências do Dr. Augusto C. da Silva Teles. Mas tal empresa correspondia a verdadeira antecipação dos tempos e fracassou quando hoje, do plântio desta utilíssima malvácea, auferem excelentes rendimentos diversas plantadores que com a **urena lobata** cobrem largas áreas, como, por exemplo, sucede com o Sr. Mário André em Taubaté.

Não pôde o Barão Geraldo de Rezende ver os resultados da primeira valorização do café, cujos resultados excelentes só se comprovaram de 1910 em diante. A 1º de outubro de 1907 desaparecia do mundo, prostrado por um colapso cardíaco, em sua querida Santa Genebra. Numerosas e eloqüentes demonstrações de pesar, públicas e particulares, assinalaram o desaparecimento do benemérito servidor do Brasil. Recordou a imprensa, de modo veemente, o que fora a vida, tão belamente preenchida, do eminente homem publico e agrônomo.

Face dessa existência então muito lembrada, veio a ser o fato de que, durante mais de um quarto de século, sua fazenda foi a mais visitada por quantos viajantes de destaque que haviam passado por São Paulo e desejavam conhecer uma fazenda modelar. No álbum onde esses viajantes deixaram as impressões de sua visita inscrevem-se muitos nomes ilustres, eminentes ou simplesmente acatados: chefes e ministros de Estado, príncipes brasileiros e estrangeiros, homens de governo, políticos e parlamentares, professores universitários, diplomatas, publicistas, homens de letras, grandes comerciantes e banqueiros, oficiais da marinha nacional e de armadas estrangeiras, etc., isto sem contara avultada porcentagem dos agrônomos cafezistas.

Com a inalterável e perfeita fidalguia a todos acolhia prazenteira e pacientemente o grande fazendeiro. Nada mais expressivo do que um

bilhete de Campos Sales, datado de 1897, encaminhando-lhe a visita de um ministro plenipotenciário: “Tenha paciência! uma vez que teve a infelicidade de constituir boa fama entre os estrangeiros...” A 6 de junho de 1906, de novo escrevia Campos Sales ao amigo e ex-adversário político que o derrotara, exprimindo-lhe “poucos homens teriam tanto direito, quanto ele, à farta compensação. A ninguém conhecia mais energicamente laborioso e bem raros eram os que o poderiam igualar na faina infatigável.”

Pungentemente recorda a biógrafa do Barão Geraldo de Rezende as palavras duras a cada passo exatas, do cruel conceito de um dos escritores que mais souberam demonstrar a similitude lapidar do latim e do nosso vernáculo: “Se servistes à vossa Pátria e ela vos foi ingrata, fizestes o que devíeis e ela o que costuma.”

MEMÓRIA CAMPINEIRA (56)

INFLUÊNCIA FRANCESA NO COMÉRCIO LOCAL

Não deixa de ser interessante a notória influência francesa que predominou no comércio local a partir dos meados do século passado. Percorrendo velhas coleções de jornais, deparamos frequentemente com anúncios curiosos que nos falam dessa preferência e simpatia, através do batismo de inúmeras casas com nomes afrancesados. Modistas, joalheiros, alfaiates, cabeleireiros, hotéis, etc., levantavam suas tabuletas de reclame nas quais indicavam a arte de bem comer e de vestir, moldadas pelo reconhecido bom gosto e requintes provenientes daquele país. E na cidade pequena, de casas baixas, de largos beirais, que deitavam sombras nas ruas estreitas de ares provincianos, isso naturalmente causava a melhor impressão, nivelando-a aos grandes centros onde a cultura francesa gozava de larga aceitação.

Em 1880, abriam suas portas o Restaurante “Des Pirinées”, conceituadíssimo pela sua cozinha “a la carte”. Outra casa do mesmo gênero era o “Restaurant de France”, que anunciava em francês pelos jornais as suas especialidades. “La Parisienne” fabricava viaturas elegantes, caleças e coupés nos tipos mais usados em Paris. Localizada à rua do Comércio (Doutor Quirino), centro das mais importantes casas comerciais da época. “La Mode Parisienne” era muito procurada pelas senhoras elegantes, que ali encontravam completo sortimento de fazendas e adornos. Uma oficina de costuras muito conhecida era “Au Printemps”, com especialidade em roupas para crianças.

Chapéus, flores, fitas e enfeites variados podiam ser encontrados nas casas “La Margueritte”, “Mme. Rose” ou na “Ville de Paris”, no Largo da Matriz Nova. Para os cavalheiros que desejassem aprimorado corte de cabelos, barba e bigodes tratados a capricho, com loções de perfumaria estrangeira, não havia melhor do que o “Salon de Paris”, à rua Direita (Barão

de Jaguará). “Cabrier & Cie.” era a firma proprietária da “Alfaiataria Francesa”, à rua do Rosário, casa freqüente pelos elegantes da cidade.

Muito procurada também era a “Chapelaria Francesa”, de Mme. Henriette Bhermann, na praça da Matriz Velha. Escovas, pentes, leques e tranças vendiam-se no “Au Chic Parisien”, sempre em dia com as últimas novidades no gênero.

Outro restaurante apreciadíssimo pela sua mesa requintada era o “La Renaissance”, à rua Regente Feijó. No antigo prédio que existiu onde atualmente se encontra o edifício Kaufmann, durante vários anos funcionou o “Hotel de France”, de Ferdinand Domingos, casa de primeira ordem que mantinha seções de restaurante, bar, sorveteria, confeitaria, salão de chá, fábrica de doces finos, encarregando-se também de pensões a domicílio e serviço completo para casamentos e batizados.

“Weill & Frères”, forneciam fazendas, plumas, flores e bordados de importação em larga escala. Tornou-se famosa pelas suas múltiplas atividades a casa “Au Monde Elégant”, de Alfredo Genoud, mais tarde denominada “Casa Genoud”, com seções de livraria, papelaria, armarinhos, brinquedos, músicas e instrumentos, fábrica de caixas de papelão, perfumaria e tipografia.

Um dos mais conhecidos estabelecimentos de moda que a cidade contava no seu importante comércio era a “Notre Dame de Paris”, de proprietários portugueses, localizada à rua Dr. Quirino, canto do tradicional Beco do Inferno, hoje desaparecido. Além do grande e primoroso estoque de fazendas finas, casimiras, lã e sedas importadas dos mais afamados produtores europeus, esta casa, freqüentada pela alta sociedade campineira, mantinha “atelier” de costura sob a direção de hábil contra-mestra francesa. Dali saíam finíssimos enxovais para noivas endinheiradas que exigiam o que havia de melhor no ramo.

Outro estabelecimento de hospedagem bastante conhecido era o “Hotel de Paris”, de Pierre Lambourget, na rua do Bom Jesus. Relógios e jóias finas encontravam-se em “Au Perret”, à rua Direita. Roupas feitas para homens e crianças forneciam Henri Bloch & Frères. Modas para as senhoras em geral, chapéus, rendas, fitas, plumas, fivelas, alfinetes, fantasias e adornos de penas vendiam-se em “La Mode Parisienne”, à rua do Comércio.

Quanta seda fina, rendas primorosas, leques deslumbrantes e bijuterias de muito gosto proveniente de Paris, Lyon e Marselha, não

despertou a vaidade de nossas vovós, então moças elegantíssimas, cujos vestidos eram talhados sob modelos do “Miroir des Dames” ou de “La Mode Illustrée”. As grandes mangas folhudas, os corpetes ajustados e as amplas saias compridas até os pés, certamente exigiam remates e enfeites de qualidade que a França exportava com os requintes de seu artesanato até hoje insuperável. E Campinas estava à altura de satisfazer todos os caprichos da moda masculina e feminina, através de casas especializadas e importadoras sempre em dia com os últimos lançamentos.

(Mendes, José de Castro - **História de Campinas**: suplemento do “Correio Popular”, nº 10: 6-7. 31 de outubro de 1968).

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

CARTA DE UM PASSAGEIRO DE MONÇÃO (1785) - Conclusão

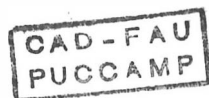
(Diogo de Toledo Lara e Ordonhes)

Em conclusão, em cinco meses justos que gastei no Sertão, diverti-me bastante, porém muito mais até chegar a Camapuã, por serem os ares mais frios, mais sadios, boas águas e não haver o maldito mosquito; porque até então jogávamos até meia noite, brincávamos, e não me mortificava a calma. E se a tinha lavava-me duas e três vezes ao dia, em todo o rio Pardo, o que fazia enquanto chegavam as outras canoas, porque a minha andava sempre muito dianteira. Porém depois dos mosquitos, calmas, águas más e quentes, levei má vida e o meu refrigério era atirar a torto e a direito, mesmo de dentro da barraca, e jogar de dia enquanto não havia mosquito.

Ouvíamos missa todos os domingos e dias santos; cantava-se o terço aos sábados, e os mais dias eram rezados.

Vinham dois cozinheiros bons. Comemos com gosto, e parece que estávamos em povoado, não faltava nada: tudo devido ao cuidado do religioso Fr. José, e do ajudante; concorrendo para isso os muitos preparos que fizeram, em minha casa. Em Itu, em casa de minha parenta, a Sra. Dna. Maria, mulher do Mestre-de-Campo José de Góes, que há perto de dois anos é morto; e finalmente em Araraitaguaba, por via do mesmo religioso, que de nada se esquecera para o meu cômodo.

Além dos perigos das cachoeiras, onças e cobras, causou-me bem medo o de algum cometimento de gentio; principalmente do ferocíssimo Paiaguá que navega pelo Paraguai; e Porrudos que tem as povoações para cima da cidade de Assunção dos castelhanos, até pouco abaixo do presídio da Nova Coimbra, em que já falei. Este gentio tem causado as maiores



hostilidades que se podem imaginar; suposto depois que andam as canoas del Rei com freqüência pelos ditos rios já não aparece, e se vê algumas foge velozmente.

O acordar bem escuro para embarcâr já não me dava abalo, nem o dormir dentro do mato; só quando chovia, trovejava e havia grandes tempestades à noite é que me afligia bastante, suposto que estava a enxuto. Tinha muito medo de onças e qualquer cobra que subisse à minha cama e por isso sempre se armava entre-meio das outras, o chão bem varrido no modo possível, e com uma espingarda e uma pistola à cabeceira.

Tive várias vezes algumas ameaças de moléstia, que não pofiava (?) adiante; e era do que tinha mais medo. No caminho o remédio principal é a pimenta malagueta, gengibre, etc., para os sacatrapos, que são continuados nos negros, principalmente por viverem na torreira do sol, dormindo no úmido, etc.

(Original pertencente ao arquivo de José Bonifácio, o moço, e publicado pela primeira vez nos “Anais do Museu Paulista. Reproduzido em Taunay, Afonso de - **Assuntos de três séculos coloniais**: 155-179. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1944. E em **Relatos monçoeiros**: 203-214. São Paulo, Martins, 1953 (“Biblioteca Histórica Paulista”, v. 9).

*

A REGIÃO PLATINA E SUA ADMINISTRAÇÃO (Bougainville)

O governador da província de La Plata reside em Buenos Aires. Em tudo o que diz respeito ao mar depende do vice-rei do Peru; mas essa distância fez essa dependência quase nula, que existe realmente apenas para a prata que está obrigado a obter das minas de Potosi, dinheiro que já não virá em barras desde que se fundou neste mesmo ano (1767) em Potosi uma Casa da Moeda.

Os governos particulares de Tucumã e do Paraguai, cujos principais estabelecimentos são Santa Fé, Corrientes, Salta, Tujus, Córdoba, Mendoza e Assunção, dependem, bem como as famosas missões dos jesuítas,

do governador geral de Buenos Aires. Esta vasta província compreende, numa palavra, toda as possessões espanholas a leste das cordilheiras, desde o rio Amazonas até o estreito de Magalhães. É verdade que ao sul de Buenos Aires não existe já nenhum estabelecimento; a única necessidade de abastecer-se de sal faz os espanhóis penetrarem nessas regiões. Com esta finalidade parte todos os anos de Buenos Aires um comboio de duzentas carretas, escoltado por trezentos homens; vai à cerca de 40^o carregar-se de sal nos lagos das proximidades do mar, onde se forma naturalmente. Em outros tempos os espanhóis o mandavam buscar com goletas na baía de S. Julián.

O comércio na província de La Plata é o mais pobre da América espanhola; esta província não produz ouro nem prata e seus habitantes são pouco numerosos para que possam tirar do solo tantas outras riquezas como encerra em seu interior: o comércio mesmo de Buenos Aires não é atualmente o que era há dez anos; decaiu consideravelmente desde que foi proibido o que ali chamam a “internación de las mercancías”, isto é, desde que foi proibido transportar as mercadorias da Europa, por terra, de Buenos Aires ao Peru e ao Chile; de maneira que os únicos objetos de seu comércio com estas duas províncias são hoje: o algodão, as mulas e o mate ou erva do Paraguai. O dinheiro e o crédito dos negociantes de Lima fizeram ditar esta ordenação, contra a qual reclamam os de Buenos Aires. O processo está pendente em Madrid, onde eu não sei como nem quando se julgará. Sem dúvida, Buenos Aires é rica: vai sair um barco de registro com um milhão de piastras; e se todos os habitantes desse país tivessem o mercado de seus couros com a Europa, somente este comércio bastaria para enriquecê-los.

(Bougainville, Louis Antoine - **Viajes al redor del mundo**, “apud” Bellotto, Manoel Lello/Corrêa, Anna Maria Martinez - **A América Latina de colonização espanhola**: 133-134. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1979.)

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

AROLDO DE AZEVEDO (1910-1974)

Embora mais conhecido como geógrafo, Aroldo de Azevedo ligou seu nome igualmente à historiografia com a publicação de importantes trabalhos que nos apraz recordar e registrar.

Descendente de tradicionais troncos do Vale do Paraíba, Aroldo Edgard de Azevedo nasceu em Lorena, a 3 de março de 1910. Iniciou os estudos em sua cidade natal, prosseguindo-os no Rio de Janeiro, onde se diplomou em ciências jurídicas. Não sabemos se chegou a exercer a advocacia, mas se o fez deve ter sido por pouco tempo, pois sua vocação foi sempre o magistério. Tanto que, ainda acadêmico de Direito, começou a lecionar num dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro, o Colégio Lafaiete.

Transferiu-se para São Paulo no início da década de 30, lecionando sua matéria (geografia) em diversos estabelecimentos de ensino secundário e no curso anexo à Faculdade de Direito. Apenas chegado à capital paulista e ainda muito jovem, iniciou a publicação de uma série de manuais didáticos para o ensino de Geografia, que alcançou enorme difusão tornando seu nome bastante conhecido e acatado em todo o país. Foram, de fato, seus manuais o que de melhor se publicou no gênero: claros, objetivos, bem didáticos, dentro do espírito da moderna geografia, fugindo o mais possível ao que de mais comum se possuía na época, ou seja a geografia meramente expositiva e na base de simples nomenclatura dos acidentes geográficos. Seus livros só deixaram de ser adotados quando algumas reformas do ensino minimizaram o estudo da geografia e também da história.

Já professor renomado e conhecido pelos seus livros, dispôs-se Aroldo Azevedo a cursar a então nóvel Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo para obter, na seção de Geografia e História, a formação científica que julgou necessária para completar seu currículo. O responsável

por esta publicação teve o privilégio de tê-lo como colega de turma, diplomada em 1939, e pode testemunhar o espírito altamente elevado do colega já bem mais adiantado, mas que com todos se identificou plenamente.

Concluído o curso, foi Aroldo de Azevedo contratado para reger interinamente a cadeira de Geografia do Brasil, criada em 1940 na mesma faculdade onde realizou seus estudos. E mediante concurso de títulos e provas, efetivou-se dois ou três anos depois como professor catedrático da referida cadeira. Nessa nova função, agora em caráter vitalício, realizou imenso trabalho: organizou o Departamento de Geografia, criou a série de “Boletins”, como publicação oficial, reunindo trabalhos de grau de professores e assistentes do Departamento, criou, paralelamente, o “Boletim Paulista de Geografia”, como órgão da seção regional de São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros; orientou discípulos na carreira universitária, dois dos quais - José Ribeiro de Araújo Filho e Antônio Rocha Penteado, infelizmente já falecidos - continuaram sua obra; promoveu numerosas excursões de pesquisa geográfica em diferentes regiões do Brasil; participou de congressos e publicou numerosas obras (além dos livros didáticos) que o consagraram como um dos maiores mestres da geografia brasileira.

Além de seus próprios trabalhos em livros e em publicações científicas, planejou e dirigiu algumas importantes obras coletivas. Entre elas, **A Cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**, comemorativa do quarto centenário da fundação da capital paulista, transcorrido em 1954; uma obra mais geral sobre a geografia brasileira, **Brasil, a terra e o homem**, que, infelizmente ficou interrompida com o falecimento do autor a 4 de outubro de 1974. Nessas duas obras, contribuiu Aroldo de Azevedo com importantes capítulos de sua lavra: na primeira, **São Paulo, cidade trilionária** (da qual nos utilizamos para a “seleta” que figura neste número); e na segunda: **O “continente” brasileiro** e **As cidades**. Um terceiro trabalho, de sua responsabilidade e orientação, foi **A baixada santista: aspectos geográficos** (1965).

Para essas publicações, principalmente as duas primeiras, contou Aroldo de Azevedo, na maior parte, com elementos por ele próprio formados no Departamento de Geografia, mas também com figuras de real prestígio nas suas especialidades e vinculados a outros institutos científicos.

Todavia, Aroldo de Azevedo não foi apenas geógrafo. A existência, em sua família, de valioso documentário - desses cada vez mais raros no Brasil - propiciou-lhe a oportunidade de entrar pela seara da história, produzindo alguns valiosos títulos de nossa bibliografia histórica, tais como **Cochranes do Brasil** e o alentado volume sobre a vida e obra de

seu pai, Arnolfo Azevedo, conceituado político do final da Primeira República, quando chegou a ocupar a presidência da Câmara dos Deputados. Nossa publicação já se ocupou desses dois livros, no fascículo dedicado à coleção “Brasiliana”, na qual foram incluídos e que abrigou também outro volume de sua lavra, **Regiões e paisagens do Brasil**. E, ao lado, desses livros, cuidou Aroldo de Azevedo, particularmente, de sua cidade natal, Lorena e deixou-nos modelar monografia de geografia retrospectiva, **Vilas e cidades do Brasil colonial**. Ilustrou, ainda, a “Revista do Instituto Histórico de São Paulo” e a “Revista de História”, com contribuições interessantes referentes a personalidades de seu convívio.

Antes de sua cátedra na Universidade de São Paulo ser colocada em regime de tempo integral, Aroldo de Azevedo lecionou por muitos anos na Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”, no curso superior da Escola “Álvares Penteadó” e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, fundada em 1941 e que foi, como é sabido, o núcleo donde se originou a nossa atual Pontifícia Universidade Católica.

*

Bibliografia de Aroldo de Azevedo

Não nos pareceu fácil o levantamento da bibliografia do nosso homenageado deste número, especialmente no que se refere às colaborações em publicações periódicas. Certamente há omissões na relação que apresentamos, uma vez que registramos só o que é o de nosso conhecimento.

Goiânia, uma cidade “criada”. Revista Brasileira de Geografia, ano III, nº 1. Rio de Janeiro, 1941.

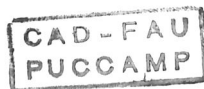
O Império colonial português e o Brasil: um esboço de geografia política. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 41. 1942.

Subúrbios de São Paulo: primeiros estudos. Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, São Paulo, 1943.

Os subúrbios de São Paulo e suas funções. Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros”, ano IV, nº 4. São Paulo, 1944.

A cidade do Salvador. Boletim “Geografia”, nº 1. São Paulo, 1944.

- Subúrbios orientais de São Paulo.** Tese de concurso. São Paulo, 1945.
- A Penha e suas “vilas” satélites.** Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, São Paulo, 1945.
- A região de Juazeiro e Petrolina.** Boletim “Geografia”, nº 2. São Paulo, 1946.
- O Planalto Brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relevo.** Boletim Paulista de Geografia, nº 2. São Paulo, 1949.
- São Paulo, metrópole moderna.** Boletim Paulista de Geografia, nº 5. São Paulo, 1950.
- Juazeiro e Petrolina, cidades gêmeas.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 45. São Paulo, 1950.
- O Recôncavo da Bahia: estudo de geografia regional.** Revista da Universidade de São Paulo, nº 1. 1950.
- Viagem ao Maranhão** (em colaboração com Dirceu Lino de Matos). Boletim “Geografia”, nº 6. São Paulo, 1951.
- Teresina, capital do Piauí.** Boletim Paulista de Geografia, nº 8. São Paulo, 1951.
- São Paulo, cidade tentacular.** Paulistânia, nº 38. São Paulo, 1951.
- Paisagens do Rio Grande do Sul.** Boletim Paulista de Geografia, nº 12. São Paulo, 1952.
- Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália: o ocaso do Segundo Império através de documentos inéditos.** Revista de História, nº 10. São Paulo, 1952.
- Cuiabá, capital de Mato Grosso.** Boletim Paulista de Geografia, nº 15, São Paulo, 1953.
- São Paulo, Stadt des dynamischen Wachstums.** Staden Jahrbuch, v. 3. São Paulo, 1953.
- Aspectos da Lorena imperial: um estudo de geografia urbana retrospectiva.** São Paulo, São Paulo Editora, 1954.
- Regiões e paisagens do Brasil.** São Paulo, Editora Nacional, 1954. (Col. “Brasiliana”, v. 274).
- Vilas e cidades do Brasil colonial.** Boletim “Geografia”, nº 11. São Paulo, 1956.



- Barão de Cocais: estudo geográfico de um pequeno centro siderúrgico de Minas Gerais.** Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. 4, nº 2. 1956.
- Embrões de cidades brasileiras.** Boletim Paulista de Geografia, nº 25. São Paulo, 1957.
- Arraiais e corrutelas.** Boletim Paulista de Geografia, nº 27. São Paulo, 1957.
- Cuiabá, estudo de geografia urbana.** Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. 7, nº 2. São Paulo, 1957.
- São Paulo, cidade trilionária.** Em **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**, vol. 1. São Paulo. Editora Nacional, 1958. (Coleção "Brasiliana", grade formato, v. 14).
- Aldeias e arruamentos de índios.** Boletim Paulista de Geografia, nº 33. São Paulo, 1959.
- Panorama da produção agro-pecuária brasileira.** Boletim "Geografia". São Paulo, 1960.
- São Paulo, metrópole do Planalto.** Em **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- O Dr. Rodrigues, Barão de Santa Eulália: a vida de um barão do café.** Revista de História, nº 44. São Paulo, 1960.
- São Paulo, da vila quinhentista à metrópole regional.** Boletim Paulista de Geografia, nº 39. São Paulo, 1961.
- Garanhuns, estudo de geografia urbana.** Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. 9, nº 2. São Paulo, 1961.
- Geografia das metrópoles brasileiras: os estudos existentes, seus caracteres e sua orientação.** Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. 12. São Paulo, 1961.
- O "continente" brasileiro.** Em **Brasil, a terra e o homem**, vol. 1: 3-51. São Paulo, Editora Nacional, 1964. (Coleção "Brasiliana", série especial).
- As cidades.** Em **Brasil, a terra e o homem**, vol. 1: 211-282. São Paulo, Editora Nacional, 1964. (Coleção "Brasiliana", série especial).
- Dr. José Pereira de Queiroz.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 61. São Paulo, 1965.

José Vicente de Azevedo, sua vida e sua obra. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 59. s. d.

Omundo antigo: expansão geográfica e evolução da geografia. São Paulo. 1965. Coleção Buriti, v. 9.

Cochranes do Brasil. São Paulo. Editora Nacional. 1965. (Coleção "Brasiliana", v. 326).

Rondon, o geógrafo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 62. São Paulo, 1966.

Arnolfo Azevedo, parlamentar da República. São Paulo, Editora Nacional, 1968. (Col. "Brasiliana", v. 346).

Nota. Deixamos de arrolar, por dificuldade de identificação bibliográfica, a extensa série de manuais didáticos de Geografia, correspondentes às cinco séries do curso secundário da época, e que alcançaram numerosas edições. E além desses, os volumes específicos de **Geografia Física, Geografia humana do Brasil e Geografia regional do Brasil.** Todos editados pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo.

SELETA

O CRESCIMENTO DE SÃO PAULO E SEUS FATORES

Aroldo de AZEVEDO

Dentre os fatores apontados para explicar o “fenômeno” paulistano, alguns servem para justificar a sobrevivência do aglomerado quinhentista ou dizem respeito, quando muito, à longa e modesta fase inicial da vida de São Paulo. É o caso, por exemplo, de haver sido a vila plantada numa espécie de clareira, circundada de matas - os **Campos de Piratininga** - provavelmente resultantes da ação devastadora dos indígenas e já por eles próprios ocupados, antes mesmo da chegada do colonizador lusitano. Bastante favorável também teria sido a posição em **acrópole**, que caracterizava o núcleo original da cidade, circunstância que haveria de representar papel de importância no momento histórico em que se teve de decidir entre as duas vilas planaltinas, a de Santo André da Borda do Campo e a de São Paulo de Piratininga, sacrificando-se a primeira, ou todas as vezes que se cogitou de sua defesa, nos dias incertos do quinhentismo.

Outros fatores (que são, evidentemente, os que aqui mais nos interessam) explicam, de maneira satisfatória, o inaudito crescimento da cidade de São Paulo a partir da década de 1870-80:

1) a **expansão da cultura cafeeira** em terras paulistas, principalmente depois que se deslocou do vale do Paraíba e passou a predominar, sem competidor, nas áreas cristalinas e no planalto arenítico-basáltico do interior paulista, desde que foi a cidade de São Paulo a grande beneficiária da riqueza então acumulada:

2) a **multiplicação das vias férreas**, no planalto paulista, tendo por fulcro o binário São Paulo-Santos, e que se intensificou, paralelamente ao fator anterior, nas duas últimas décadas do século passado:

3) o extraordinário **incremento da imigração**, notadamente de italianos, característico desse mesmo período e motivado pela expansão cafeeira, que trouxe para o Estado, numa só década, nada menos de novecentos mil imigrantes, encaminhados para o interior, mas refluindo em massa para a Capital, onde se fixaram, com suas famílias numerosas e suas agilidades profissionais;

4) o **afluxo de capitais estrangeiros**, sobretudo anglo-canadenses e norte-americanos, o que tornou possível o melhor aproveitamento do potencial hidrelétrico do Planalto Paulistano, a expansão e a melhoria do serviço de bondes, o loteamento de áreas até então inúteis (que se transformaram em aprazíveis “bairros-jardins”), e, particularmente, o desenvolvimento industrial;

5) a criação do **parque industrial paulistano**, hoje considerado o mais poderoso da América do Sul, cujo ininterrupto desenvolvimento passou a exigir, em proporções crescentes, mão-de-obra cada vez mais numerosa e especializada, além de grandes espaços destinados à instalação de novos estabelecimentos fabris;

6) o conseqüente **êxodo de populações rurais e urbanas**, oriundas do interior do próprio Estado e de outras regiões do país, atraídas irrefreavelmente pelas vantagens, reais ou supostas, da nova e dinâmica metrópole ou simplesmente em busca de trabalho, tamanha a febre de construções e tão poderosa sua força econômica;

7) o **loteamento de grandes propriedades** - de início as tradicionais chácaras localizadas em plena área urbana, em seguida os sítios e fazendas da região suburbana - de que resultou a proliferação de novos bairros e a multiplicação das chamadas “vilas” tipicamente residenciais, onde se aglomera uma parte substancial da população ativa da Capital paulista.

E outros mais, certamente, poderão ser apontados entre os fatores responsáveis pelo extraordinário crescimento da cidade de São Paulo. Como é fácil compreender, muitos deles agiram de maneira simultânea, concomitantemente, ligados tão estreitamente uns aos outros, que chegam a parecer como se fossem um só: é o caso dos trinômios café-via férrea-imigração, ou imigração-capitais-indústria, ou, ainda, indústria-mão de obra-loteamentos. Distinguimo-los em separado apenas por uma questão de método. De qualquer modo, decorrem todos eles - como acentuou Deffontaines - de um “passado histórico, orientado por atos de vontade do homem”.

porque, em última análise, “São Paulo pertence, por excelência, à família das **idades de energia**”.¹

No entanto, todas essas causas talvez não pudessem exercer sua inegável influência se não fossem certos **fatores geográficos**, que aparecem a presidir o crescimento da cidade, atuando uns mais fortemente que outros, através do quatro séculos de sua existência. Há cerca de 50 anos (o autor escrevia em 1954), Pierre Denis constatou esta verdade quando escreveu:

“Lorsqu’on cherche quelle influence ont eue sur l’histoire de Saint Paul les conditions physiques, on est frappé tout d’abord de voir comment la disposition du sol a déterminé, en vertu de lois géographiques, la situation de la capitale. Le site de Saint Paul était marqué d’avance sur le terrain”.²

Com efeito, a inospitalidade da baixada de Santos, com seus manguezais e seu clima quente e úmido, contrastava fortemente, aos olhos do colonizador quinhentista, com o Planalto Paulistano, caracterizado por suas colinas de contornos suaves, bem servido de cursos d’água piscosos e gozando de um clima tropical de altitude, que chegou mesmo a ser comparado ao de certas porções da península Ibérica. Eis um primeiro fator favorável. Por outro lado, a cidade veio a ser fundada próximo exatamente a um dos raros trechos em que a Serra do Mar se abaixa a uma altitude de 800 metros, oferecendo um ponto de acesso menos difícil, que já o indígena havia descoberto, em toda a frontaria escarpada que se estende junto ao mar, abrupta e hostil, desde o litoral do Estado do Rio de Janeiro, com cumes que chegam a 2000 metros. Tais circunstâncias, aliadas às que mais atrás mencionamos, contribuíram decisivamente para a fixação do sítio urbano do aglomerado em formação, mas continuam a representar, até hoje, um papel de importância para a vida da metrópole.

É bem verdade que alguns outros fatores geográficos aparecem hoje, de certo modo, como negativos. Queremos referir-nos, em primeiro lugar, à característica instabilidade do clima paulistano, conseqüente da proximidade da escarpa da Serra do Mar e responsável pelos freqüentes e sucessivos vai-vens das massas de ar. Além disso, cumpre reconhecer a inexistência de riquezas no subsolo regional, do qual o homem não tira mais do que granitos, gnaisses, argilas, areias e seixos, além do calcário e do caulim, bem aproveitados (não resta dúvida) em obras de pavimentação, nas

(1) Deffontaines, Pierre - **Geografia humana do Brasil**: 83. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1940.

(2) Denis, Pierre - **Le Brésil au XXe. siècle**. Paris, Armand Colin, 4ª edição, 1911.

construções urbanas e como matéria-prima de certas indústrias. Resta acentuar, finalmente, a pobreza dos solos paulistanos, particularmente os de sua bacia de sedimentação, inteiramente impróprios para uma atividade agrícola proveitosa e lucrativa, fato que levou Deffontaines a constatar, com espanto, que “a maior cidade do Estado desenvolveu-se numa das piores regiões quanto à fertilidade do solo”.³

Tais fatores negativos não foram capazes, porém, de anular os primeiros e impedir a expansão da cidade: é que ainda outros, também puramente geográficos, permaneciam em estado latente, à espera de que o homem os descobrisse e deles se aproveitasse convenientemente. Queremos, agora referir-nos às características da topografia regional e da rede de drenagem, que vieram permitir que São Paulo se tornasse uma verdadeira **encruzilhada de vias naturais**, característica que não se encontra em relação a outras cidades planáltinas do Estado e que foi bem aproveitada tanto no passado como, sobretudo, nos derradeiros 80 anos.

Com efeito, para Leste alcança-se com facilidade a planície sedimentar do médio Paraíba, quer através do velho roteiro do bandeirismo (aproveitado pela “Central do Brasil” e pela antiga rodovia São Paulo-Rio de Janeiro), quer através do vale do Parateí (que a moderna rodovia Presidente Dutra e a variante da “Central” utilizam vantajosamente); para o Norte, o obstáculo representado pela Serra da Cantareira não impediu o acesso aos contrafortes ocidentais da Mantiqueira e a penetração até o sul de Minas Gerais; no rumo de Noroeste, o vale do rio Tietê (sem ter a amplitude que o caracteriza a montante da cidade) e trechos fortemente peneplanizados dos maciços cristalinos conduzem, sem grandes dificuldades, a um largo e extenso “corredor”, a Depressão Periférica, notável pelas facilidades que oferece às comunicações, o que explica o seu aproveitamento, desde o século XVII até hoje, para os contatos com o “hinterland” paulista e com regiões bem mais afastadas (Triângulo Mineiro, Goiás, Mato-Grosso, Paraná), quer através dos velhos caminhos das “monções” e das tropas de burros, quer através dos trilhos da via férrea e das pistas cimentadas da Via Anhanguera; para Oeste e Sudoeste, as velhas superfícies de erosão favoreceram, inegavelmente, os contatos com o extremo sul do país, não só ao tempo das tropas de burros, como ainda hoje, através da ferrovia e da moderna rodovia; e finalmente, no rumo de Sudeste, em direção às escarpas da Serra do Mar e da baixada santista-vicentina, os vales do Tamanduateí, do Mogí e do

(3) Deffontaines, Pierre - **Regiões e paisagens do Estado de São Paulo**. “Geografia”, ano 1, nº 2: 145. São Paulo, 1935.

Perequê viram-se bem aproveitados desde o século XVI, da mesma maneira que o vale do Pilões passou a sê-lo recentemente, depois da construção da notável obra de engenharia, que é a Via Anchieta.

Da conjugação de todos esses fatores - uns atuando em caráter permanente desde a fundação da cidade, outros fazendo-se sentir somente a partir de época relativamente recente, além daqueles que apenas tiveram importância num passado já remoto - foi que resultou o crescimento demográfico e espacial da Capital Paulista. Apresentando uma situação geográfica que muito tem de excepcional quanto às suas vantagens, com um sítio urbano como que predeterminado sobre o terreno, bastava que o homem, com o poder de sua inteligência e a força de sua iniciativa, soubesse aproveitar tão grandes possibilidades, mesmo tendo contra si muitas desvantagens. E tudo parece indicar que soube representar galhardamente o seu papel, nesse jogo de forças em que permanentemente se encontra, face à natureza.

(São Paulo, cidade trimilionária, em A Cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana, vol. I: 10-16. São Paulo, Editora Nacional, 1958. (Col. "Brasiliana", grande formato, v. 14).

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

299. MULHERES VIAJANTES

Há alguns anos, a Professora Miriam Moreira Leite, da Universidade de São Paulo, com a propriedade e argúcia que lhe são reconhecidas, ocupou-se, num artigo da “Revista Brasileira de História”, de diversas mulheres estrangeiras que visitaram nosso país no século passado, deixando relatos de suas andanças, que enriquecem sobremaneira a bem vasta e variada literatura de viajantes que escreveram sobre o Brasil. Dos 150 viajantes arrolados e examinados em sua pesquisa, dezessete são mulheres, número aparentemente pequeno, mas que, a rigor, pode ser considerado até bastante grande dado o condicionamento social em que viviam as mulheres naquela época.

Das dezessete autoras examinadas, algumas já eram familiares aos que têm algum conhecimento da literatura dos viajantes: Maria Graham, Elizabeth Cary Agassiz, Ina von Binzer, Madame Langendonck, Ida Pfeiffer e a princesa Teresa da Baviera. As quatro primeiras têm seus livros traduzidos na íntegra. Quanto a Ida Pfeiffer, que parece ter sido a primeira mulher a realizar uma viagem de circunavegação, seus escritos foram resenhados por Afonso de Taunay em dois de seus livros: **No Brasil de 1840** (1936) e “**Antiquilhas paulistas**” (1951). E quanto à princesa bávara, creio

que só um pequeno excerto relativo à terra capixaba encontra-se publicado no livro **“Viajantes estrangeiros no Espírito Santo”**, de Levy Rocha.

A senhora Agassiz foi colaboradora de seu marido, o cientista Louis Agassiz, e a ela se deve, com efeito, a maior porção no importante livro que o casal publicou em 1868, nos Estados Unidos, e do qual existem duas edições em português, em traduções diferentes, uma na coleção “Brasíliana” da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, e outra na coleção “Reconquista do Brasil”, da Editora Itatiaia, de Belo Horizonte.

Maria Graham, nome tão vinculado à época de nossa Independência, teve seu grande e belo livro igualmente editado pelas duas editoras mencionadas, na mesma tradução de Américo Jacobina Lacombe: escritos menores da viajante inglesa encontram-se publicados pela Biblioteca Nacional e pelo antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (atualmente Fundação Joaquim Nabuco), de Recife.

Ina von Binzer teve suas “alegrias e tristezas de uma professora alemã no Brasil” publicada em tradução pela primeira vez em 1954 pelas páginas da antiga revista “Anhembi”, que por muitos anos circulou em São Paulo, sob a direção de Paulo Duarte, e de seu livro nada menos de seis edições até agora apareceram, o que não só mostra interesse que a obra alcançou, como, parece-me, constitui caso raro na bibliografia brasileira: foi livro de viajante estrangeiro que maior número de edições alcançou.

Quanto à belga Madame Langendonck, autora de **Une e colonie au Brasil**, publicado em Antuérpia, em 1862, tive o privilégio da prioridade na divulgação de seu livro no Brasil. Trata-se de um dos livros mais raros, não se conhecendo senão três ou quatro exemplares em todo o país. Graças à gentileza de meu preclaro amigo e confrade do Instituto Histórico de São Paulo, dr. Tácito van Langendonck bisneto da autora, obtive uma cópia do exemplar existente na Biblioteca Riograndense, da cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, talvez a única biblioteca pública do país a possuir o livro. Providenciada a tradução, tive oportunidade de divulgá-la em um número especial de “Notícias Bibliografia e Histórica”, publicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Voltarei ao assunto em próxima nota, tratando das outras mulheres viajantes. Mas, gostaria de terminar lembrando que o interesse por essa literatura de mulheres viajantes não é coisa de agora, como a muitos pode parecer. Basta dizer que a primeira publicação, em tradução, de um livro de viajante feminina, remonta a 1883, segundo nos informa a professora Miriam Moreira Leite: trata-se da **Viagem de uma parisiense ao Brasil**:

estudo e crítica dos costumes brasileiros, de Adele Toussaint-Samson, publicado pela Tipografia Villeneuve do Rio de Janeiro. (27-1-1996)

*

300. A “ARTE DO VIEIRA”

Há mais de meio século (1940), o Instituto Histórico e Geográfico de Santos, comemorando o tricentenário da restauração de Portugal após os sessenta anos de dominação espanhola, promoveu uma reedição da **Viagem da Armada**, de Francisco de Brito Freire. A motivação do empreendimento fundamentava-se na recordação de que em Santos e São Vicente fora aclamado sem hesitação o novo rei Dom João IV e a reedição do raríssimo livro se fazia “em homenagem à fraternidade luso-brasileira”. Anteposto ao texto, uma nota sobre o autor, extraída da **Biblioteca Lusitana**, de Barbosa Machado.

A obra de Brito Freire fora publicada originalmente “por mandado de El-Rey Nosso Senhor”, no ano de 1655. A rainha, que regia o trono português durante a menoridade de Dom Afonso VI, autorizou a publicação do livro porque lhe pareceu “matéria digna de que se passasse a todos, pelas notícias que dá, e que poderá servir de roteiro para outras viagens semelhantes”.

É curioso saber que entre as pessoas embarcadas na armada de Brito Freire, figurava, degredado para o Brasil, Dom Francisco Manuel, “sujeito conhecido da nossa e das nações estrangeiras”, segundo informa o comandante Trata-se, na realidade, de Dom Francisco Manuel de Melo, “uma das figuras mais curiosas da literatura portuguesa, polígrafo de maior renome dentro e fora da Península”. No Brasil, ficou de agosto de 1655 a março de 1658.

A este escritor atribui-se atualmente, com grande probabilidade de certeza, a autoria do famoso livro **A arte de furto**, durante dois séculos pelo menos atribuída ao Padre Antonio Vieira. Seu título completo, é **Arte de furto, espelho de enganos, teatro de verdade, mostrador de horas minguadas, gazúa geral dos reinos de Portugal** e foi dado como impresso pela primeira vez, dedicado a Dom João IV, na Oficina Elvizeriana, de Amsterdam, no ano de 1652. Todavia, informa o prefácio de uma de suas

edições, que há boas razões para supor que o fosse em Lisboa mesmo, apenas muito mais tarde.

De qualquer maneira a atribuição do livro a padre Vieira tornou-se tão frequente, que continua mencionada em numerosos livros de literatura. Ocorre-me à lembrança que Luís Gama, o famoso abolicionista, em seu famoso poema satírico “A Bodarrada”, refere-se aos ladrões como os que “fazem grossa pepineira só pela arte do Vieira, e com jeito e proteções galgam altas posições”.

Acontece, porém, que nem todos aceitam pacificamente a atribuição da autoria do famoso livro a Dom Francisco Manuel de Melo. A edição que possuo, por exemplo, preferiu considerá-lo obra anônima, desdenhando o problema de “erudição bibliográfica”, que, no entender do prefaciador, constitui a discussão da autoria. Preferiu, tal como Capistrano de Abreu com relação aos **Diálogos das Grandezas do Brasil** apreciar o valor do livro, sem perder tempo em discutir sua autoria. Mas, não deixa de ser curioso saber que no Brasil viveu, por alguns anos, o indigitado autor e um dos maiores escritores portugueses de seu tempo. E como degredado... (2-3-1996)

*

301. O BARBEIRO QUE NÃO É DE SEVILHA

Para quem quer que tenha alguma familiaridade com a música lírica (ópera), barbeiro que não for de Sevilha só poderá ser de Bagdá. Com efeito, tem este título, “O Barbeiro de Bagdá” (Der Barbier von Bagdad”) uma das mais interessantes óperas cômicas produzidas na Alemanha do século passado. Seu autor, Peter Cornelius, nascido em Mainz na véspera do Natal de 1824, viveu apenas 50 anos, falecendo na mesma cidade a 26 de outubro de 1874.

É compositor pouco conhecido fora da Alemanha. apesar de ter deixado obra valiosa, quase toda vocal. Além de “O Barbeiro de Bagdá”, estreada em Weimar, sob a direção de Liszt, em 1858, deixou outra ópera, esta sobre o tema espanhol do Cid, com base na peça de Corneille; deixou, ainda, uma grande quantidade de peças para coro e solistas, algumas de natureza sacra, outras profanas.

Foi amigo de Liszt e de Wagner, sofrendo naturalmente a influência dos dois grandes gênios. Lembra Ernst Newmann, na análise que faz de “O Barbeiro de Bagdá” em sua **História das Grandes Óperas**, que de todas as pessoas atraídas à órbita de Wagner, quer como homem quer como artista, Cornelius foi a que menos se sujeitou à tirania da personalidade do gigante a sua própria personalidade”. Cornelius - diz ainda Newmann - não tinha ilusões a respeito de sua capacidade musical. Mas, é o mesmo analista que encerra seus comentários dizendo a respeito de “O Barbeiro de Bagdá” que “se não é ópera para toda gente, constitui um prazer para algumas pessoas capazes de apreciar em música um humorismo bem refinado”.

O enredo de “O Barbeiro de Bagdá” é extraído de uma série de passagens das “Mil e Uma Noites”, a famosa coleção de contos árabes, divulgada com muita frequência na Europa a partir do século XVIII e aproveitada por muitos compositores, tanto para obras instrumentais como vocais.

A ópera de Cornelius, contudo, não foi bem aquinhoada pela sorte. A primeira representação redundou num fracasso, não tanto por culpa da ópera ou de seu autor, mas pela hostilidade movida contra Liszt em certo momento de sua presença em Weimer. E também, diga-se de passagem, por algumas deficiências da partitura, reconhecidas pelo próprio compositor, que tratou de retocá-la.

Todavia, a apresentação de 1858 foi a única em vida de Cornelius. Com sua morte em 1874, a ópera ficou por conta de Hermann Levi e do grande regente wagneriano Felix Mottl, que submeteram-na, a outras modificações até termos a versão atual. Ora modificada, ora na forma original, “O Barbeiro de Bagdá”, foi ouvido em 1877, 1884, 1885 e depois só em 1904, quando ficou assegurado o seu êxito. De então para cá tem aparecido com certa frequência nos teatros europeus, especializados em óperas ligeiras, especialmente na Alemanha e na Áustria. Em nosso país nunca chegou a ser encenada. Mas os aficionados do lírico podem ouvi-la em primorosa gravação integral em discos.

Peter Cornelius tem sido pouco beneficiado pelo disco, embora, como já foi dito, exista uma excelente gravação de sua ópera mais importante. Mas, de suas outras obras, nada ou muito pouco é lembrado hoje. É importante que se veja em “O Barbeiro de Bagdá” mais um exemplo daquela mania de orientalismo que assinalou a música européia dos séculos XVIII e XIX e de que são exemplos, entre outros, “O Rapto do Serralho”, de Mozart;



“Abu-Hassan”, de Weber; “Sherazade”, de Rimsky-Korsakov; “O Califa de Bagdá”, de Boieldieu e, mais recentes, “Madame Butterfly” e “Turandot”, de Puccini. (16-3-1996)

*

302. UM MINEIRO NA “FARROUPILHA”

Há alguns anos, quando se comemorou o sesquicentenário da Revolução Farroupilha, tive oportunidade de divulgar, pela “Notícia Bibliográfica e Histórica”, o “Manifesto do Presidente da República Rio-grandense em nome de seus constituintes”, um dos mais preciosos textos da história política brasileira e muito pouco conhecido, pois raríssimos são os livros que o transcrevem, embora muitos o mencionem. Diversos leitores interessaram-se em obter mais informações sobre o precioso documento, indagando se dele não havia edições modernas. Pouco tive a responder, além de indicar a fonte de onde o havia extraído, o que não significa, obviamente, a negação à existência de outras edições.

Os riograndenses do Sul foram sempre muito dedicados ao estudo de suas tradições e entre estas a “Farroupilha” ocupa lugar de destaque, não faltando quem a considere o episódio máximo de sua crônica histórica. Uma biblioteca inteira - e imensa! - poderia ser organizada só com o que se escreveu sobre o “grande decênio”. Assim se denomina exatamente uma das peças mais importantes dessa extensa bibliografia. Infelizmente, nosso país peca pela falta de informações bibliográficas, num Estado geralmente não se sabendo o que se publica em outro.

A única tiragem em avulso que conheço do importante documento consiste num opúsculo editado em 1986 pela Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, enfeixando também outro manifesto igualmente valioso datado de Pelotas, do ano de 1835. Obtive esse opúsculo por gentileza do professor Astrogildo Fernandes, aliás o autor do respectivo prefácio. Data tal manifesto de 29 de agosto de 1838 e foi publicado originalmente em “O Povo”, jornal que circulou na cidade de Piratini, a capital dos farroupilhas.

O curioso é que o autor do mais importante documento da Revolução Farroupilha não é gaúcho, mas um mineiro de Diamantina que foi

para o Rio Grande a fim de organizar tropas de mulas para serem comercializadas em São Paulo. Acabou ficando por lá, tornando-se um dos articuladores da “Farroupilha”, da qual chegou a ser presidente. Seu nome: Domingos José de Almeida, nascido a 9 de julho de 1797 e falecido em Pelotas a 6 de maio de 1871.

Os dois manifestos reunidos no opúsculo a que fiz referência refletem a cultura de Domingos José de Almeida, em diferentes ângulos, “numa demonstração eloqüente do seu saber e evidenciam sua influência na comunidade gaúcha de então”, afirma o professor Astrogildo Fernandes. Sua escolaridade resumiu-se às primeiras letras, mas sua cultura “atingiu patamares superiores”, ainda no dizer do professor Astrogildo Fernandes.

Mas, não é só à “Farroupilha” que seu nome está vinculado. Importa considerar que ele foi o fundador da cidade de Uruguaiana (de tanta significação histórica na crônica rio-grandenses, especialmente por ocasião da Guerra do Paraguai), e foi igualmente pioneiro no Rio Grande do Sul da navegação a vapor, lacustre e fluvial. No final de sua vida radicou-se em Pelotas, onde seu trabalho foi amplamente reconhecido, pois em sua homenagem e em pleno regime imperial, foi erguido o primeiro monumento republicano no Brasil. Uruguaiana não ficou atrás embora apenas tão tardiamente, reverenciando também sua memória numa estátua inaugurada a 25 de maio de 1975.

Recentemente, alguns professores mineiros que, no começo de suas carreiras, trabalharam em Uruguaiana, liderados por José Gomes de Campos, tiveram a feliz iniciativa de levar para a cidade gaúcha terra de Diamantina e nela plantar uma “árvore de amizade” no pátio do Instituto União, tradicional educandário da cidade; e o mesmo foi feito em sentido inverso, levando-se terra de Uruguaiana para nela plantar uma árvore em Diamantina, a terra de Domingos José de Almeida. Selou-se dessa forma significativa a vinculação Diamantina-Uruguaiana, pela memória do mineiro que se tornou o ínclito chefe da Farroupilha. (23-3-1996)



UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I - INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II - FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

PUCCAMP

FORMADOS